

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 061

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Ademar Luiz Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Luciana Rafagnin</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE MAIO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pela senhora deputada Luciana Rafagnin e pelo senhor deputado Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 017/2002

Senhor Presidente:

O Estado do Paraná é titular de 60.602 Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas - LFTAL's, emitidas

com base na Lei Estadual nº 5.743, de 6 de outubro de 1995, totalizando um crédito de aproximadamente R\$275 milhões em valores atuais.

Essa dívida mobiliária do Estado de Alagoas é objeto de contrato de refinanciamento, que ainda não entrou em vigor, firmado entre Alagoas e a União Federal, com base na Resolução nº 36 do Senado Federal, de 4 de maio de 2000. Paralelamente a esse contrato, a União Federal firmou com cada um dos credores da dívida mobiliária do Estado de Alagoas - entre os quais, o Estado do Paraná - contrato de assunção de dívida, o qual prevê que a União emitirá em favor de cada credor Letras Financeiras do Tesouro da Série B - LFT-B's.

O contrato firmado entre o Estado do Paraná e a União Federal, que permitirá que o Paraná receba seu crédito, tem sua eficácia condicionada à entrada em vigor do contrato de refinanciamento celebrado entre Alagoas e a União - da mesma forma que todos os contratos firmados pelos demais credores do Estado de Alagoas. O contrato de refinanciamento celebrado entre Alagoas e a União, por sua vez, só ganhará eficácia se o Estado de Alagoas desistir de duas ações movidas contra a União Federal no Supremo Tribunal Federal.

O Estado de Alagoas questiona no Judiciário, em diversas frentes, a validade das LFTAL's. No entanto, o Estado de Alagoas informou a seus credores de sua disposição de encerrar essa discussão no contexto do refinanciamento de sua dívida pela União. Condicionou no entanto a decisão de tomar aquelas providências necessárias para a entrada em vigor do refinanciamento que dele dependem exclusivamente à concordância, da parte de seus credores, com a negociação de seus respectivos créditos. Desde novembro de 2001 o Estado de Alagoas vem expondo a seus credores de forma geral, e em entendimentos bilaterais aos representantes do Governo do Estado do Paraná, as razões de natureza fiscal que tornam necessária a renegociação dessa dívida.

A primeira proposta apresentada pelo Estado de Alagoas consistia na simples devolução do valor de face das LFTAL's, o que significaria o pagamento, no caso do Estado do Paraná, de aproximadamente R\$69 milhões. Essa primeira proposta, que representaria um desconto de aproximadamente 75% da dívida alagoana, foi imediatamente recusada pelos representantes do Executivo Estadual.

No decorrer das negociações, o Estado de Alagoas apresentou sucessivas propostas até concordar com o pagamento aos seus credores de valor agregado de R\$742 milhões (setecentos e quarenta e dois milhões). No caso do Estado do Paraná, essa proposta corresponderia ao recebimento de cerca de R\$185 milhões. Nos termos da proposta, os credores de Alagoas deverão repassar ao tesouro alagoano parte da LFT-B's a serem recebidas da União Federal.

A aceitação dessa proposta significaria, do ponto de vista do Estado do Paraná, abrir mão de parte de seu crédito. No entender do Governo do Estado do Paraná há

conjunto sólido de razões que recomendam que o Paraná o faça; essas razões são sucintamente expostas a seguir:

- não existe perspectiva de recebimento no contexto de entendimento amigáveis; o Paraná procurou inclusive colher junto ao Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional informações sobre as perspectivas financeiras do Estado de Alagoas - e constam que, na ausência do acordo proposto pelo Estado de Alagoas, elas são as piores possíveis; entre outros aspectos, Alagoas, tem a maior relação dívida/receita dentre todas as Unidades da Federação;

- a alternativa de discussão judicial para recebimento dos títulos do Estado de Alagoas significaria processo extremamente longo e de desfecho incerto; mesmo que o Paraná seja vencedor em um processo judicial contra Alagoas o recebimento ocorrerá por meio de precatórios e pode levar até 10 anos após a obtenção de sentença definitiva em favor do Paraná;

- a proposta apresentada pelo Estado de Alagoas significa que o Estado poderá recuperar, no curtíssimo prazo e em instrumentos de liquidez imediata - Letras do Tesouro Nacional - montante expressivo que de outra forma não tem a perspectiva de reaver;

- além do Estado do Paraná, há 36 credores da dívida mobiliária do Estado de Alagoas; desses, 35 já aceitaram a proposta do Estado; dentre os demais credores contam o Banco do Estado de Santa Catarina, sob controle da própria União Federal, e diversas entidades de previdência complementar, entre as quais a Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social; o único credor que, ao lado do Estado do Paraná, ainda não aceitou a proposta do governo do Estado de Alagoas é um fundo de pensão sob intervenção, titular de apenas 0,1% das LFTAL's;

- recusar a proposta apresentada pelo Estado de Alagoas significa que o Paraná será o único credor a recorrer ao Poder Judiciário em processo que, como indicado acima, é de desfecho incerto.

O prazo para que o contrato de refinanciamento das LFTAL's pela União ganhasse eficácia expirou em 30 de abril de 2002 e foi prorrogado pela União até 30 de junho próximo. Para que a prorrogação se efetive, no entanto, Alagoas deve, juntamente com credores que representam no mínimo 90% das LFTAL's objeto do refinanciamento pela União, manifestar sua concordância com ela. O prazo para fazê-lo é o próximo dia 31 de maio. Caso não seja comunicada essa concordância a União Federal, a prorrogação perde efeito, impossibilitando o refinanciamento da dívida mobiliária de Alagoas.

Diante de todo o exposto, serve a presente mensagem para solicitar à Assembléia Legislativa do Estado autorização para a renegociação da dívida mobiliária do Estado de Alagoas, nos termos do anexo projeto de lei.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Estado do Paraná autorizado a renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTAL's) emitidos pelo Estado de Alagoas, observadas as seguintes condições:

I - O Estado do Paraná poderá repassar para o Estado de Alagoas até 38% (trinta e oito por cento) dos títulos federais emitidos pela União Federal (LFT-B's) em favor do Estado do Paraná no contexto do refinanciamento, pela União, da dívida mobiliária do Estado de Alagoas;

II - O montante mínimo de letras federais a ser recebido pelo Estado do Paraná deve atingir R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), ao valor de emissão (parcela à vista);

III - valor remanescente dos créditos (parcela a prazo), na ordem de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), deverá ser pago pelo Estado de Alagoas, observados:

- a) atualização pela Taxa Referencial (TR), ou índice de melhor remuneração;

- b) pagamento no prazo máximo de dez anos.

IV - Na parcela a prazo haverá garantias de pagamento admitidas pela lei, devendo isso obrigatoriamente constar do instrumento de renegociação;

V - O mesmo instrumento de renegociação deverá conter previsão no sentido do Estado de Alagoas, na hipótese das garantias ofertadas não se prestarem ao adimplemento da obrigação no prazo estipulado ou no caso de inadimplemento de qualquer ordem, responder de forma imediata e, utilizando-se de moeda corrente, pelo valor devido e atualizado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 110/2002, do senhor Otaviano Fabri Ferraz, secretário de Estado da Fazenda, substituto, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, que pedem esclarecimentos sobre valores gastos com propaganda em rádios, televisão, jornais e outros meios de comunicação para divulgar e defender o processo de privatização da Copel. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 442/2002, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, comunicando que foi homologado o quadro definitivo das quotas de participação dos municípios - ICMS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 508/2002, do senhor Mário André Carvalho Machado - chefe de gabinete da Secretaria Nacional

de Segurança Pública, encaminhando relação de Convênios celebrados em 2000 e 2001, entre o Ministério da Justiça, por intermédio desta Secretaria e o Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 184/2002, do senhor Evaldo Barbosa - diretor presidente da CODAPAR, encaminhando Prestação de Contas Geral, exercício 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 177/2002, da senhora Neusa Altoé, reitora da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas da Universidade, referente ao exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 186/2002, do senhor Pedro A. Gordan, reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade, referente ao exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 069/2002, da senhora Regina Rottenberg Gouvêa, diretora do Arquivo Público do Paraná, encaminhando Prestação de Contas do Departamento Estadual de Arquivo, exercício financeiro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 017/2002, do senhor José Haraldo Carneiro Lobo - diretor-presidente da Ferroeste, encaminhando Relatório de Atividades no exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 085/2002, do senhor Bernardo Monemis, diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando Prestação de Contas do Departamento, referente ao exercício financeiro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 147/2002, do senhor Roberto Frederico Merhy, reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando Prestação de Contas da Universidade, relativa ao exercício financeiro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 339/2002, do senhor Lauro Klas Júnior, diretor de Novos Negócios, no exercício da presidência da Sanepar, encaminhando Prestação de Contas, com referência ao exercício financeiro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 076/2002, do senhor Paulo Kawakara, diretor-presidente da COMEC, encaminhando Prestação de Contas do exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 0422/2002

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente solicitar a utilização de parte do Pequeno Expediente da Sessão Plenária do próximo

dia 15, para pronunciamento dos coordenadores do II Fórum de Curitiba, “A Segurança Pública, o Sistema Penitenciário e o Paradigma da Cultura de Paz”.

Sendo o que tínhamos no momento, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescenta o inciso XIII ao artigo 96 da Constituição do Estado:

“Art. 96.....

XII - O presidente, o vice-presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor Geral de Justiça serão eleitos mediante eleição direta e secreta, por todos os membros do Tribunal e juízes vitalícios, a eles vinculados, inadmitida a reeleição para o mesmo cargo”.

Art. 2º - Fica suprimido o inciso do art. 99.

Art. 3º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Nelson Tureck, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Chico Noroeste, Neivo Beraldin e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A consolidação do Estado Democrático de Direito não pode prescindir da democratização interna de todas as instituições do Estado, notadamente daquele Poder responsável pela prestação da atividade jurisdicional. Em regra, as cúpulas dos tribunais tendem a enfeixar um poder decisório, tanto jurisdicional como administrativo, exagerado. O presidente do Tribunal de Justiça é o chefe do Poder Judiciário do Estado, não apenas do Tribunal.

Assim, todos os órgãos daquele Poder não se vinculam por relação de subordinação hierárquica, mas apenas por escalonamento de instâncias, têm interesse na participação de escolha de seu dirigente máximo. A medida preconiza a prática democrática de que se reveste a escolha dos dirigentes dos diversos poderes e instituições ampliando a participação dos membros do Poder Judiciário no sufrágio de seus representantes.

A eleição dos dirigentes do Tribunal não é matéria de natureza administrativa nem jurisdicional, é política,

na medida em que está ligada à idéia de representação. Tendo em vista que a direção “preside” o Tribunal e não apenas o órgão especial.

Segundo o juiz de direito, doutor Rogério Ribas, essa alteração sem dúvida deixará o Poder Judiciário mais comprometido com propostas democráticas, que visem sua melhoria como um todo, proporcionando, ainda a indispensável transparência na condução dos destinos da Justiça, dado que os eleitos, face o compromisso que terão com todos os juízes, serão por certo melhor fiscalizados, em face das propostas e planos que apresentaram quando das candidaturas.

Trata-se de proposta afinada com a legitimidade democrática que deve vestir os chefes do Poder, traduzindo antiga aspiração dos magistrados, que vêm lutando pelas transformações no Poder Judiciário tentando acabar com o nepotismo, propondo a eleição direta para a direção, fim dos julgamentos secretos de magistrados envolvidos em problemas administrativos, fusão do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, bem como a criação de critérios objetivos para a promoção e remoção dos magistrados.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência na tramitação do Projeto nº 364/2001, que trata da implantação do curso de engenharia mecânica, no campo da Unioeste em Foz do Iguaçu e do Projeto nº 65/2002 que propõe a redução da taxa de coleta de esgoto sanitário dos atuais 80% para 30%.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente:

Os deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei nº 261/2002, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Divanir Braz Palma, que acrescenta dispositivos, que especifica na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(aa) HERMAS BRANDÃO

DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada por 10 sessões, do Projeto de Resolução nº 007/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário e outros, que dispõe sobre a consti-

tuição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição do interstício e que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 16, quinta-feira, para logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(aa) NEREU MOURA

ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Serafina Carrilho.

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja designado a data do dia 16 de junho, para a realização de uma Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor José Anunciação dos Santos, título este concedido ao homenageado através da Lei nº 12.900, sancionada pelo governador Jaime Lerner em 19.07.2000.

Requer ainda que a aludida Sessão, possa ser realizada na cidade de Campo Mourão, às 19h30min, na Igreja Evangélica Assembléia de Deus, cuja qual o homenageado é pastor Presidente há mais de 35 anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da diretoria Legislativa, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 296/2002 aos Projetos de Lei nºs 652/99, 36/2000, 556/2001, 105/2002 e 109/2002, que estabelecem reservas de vagas nas instituições de ensino superior nas Universidades Públicas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 289/99 e 276/2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo anunciar custos em publicidade.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 188/2002 e 313/2002, que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches nas unidades educacionais do Estado.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 341/2000 e 362/2001, que dispõe sobre gratuidade do transporte coletivo intermunicipal para doentes em tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 383/2000 e 552/2001, que isentam veículos do tipo motociclo do pagamento de pedágios nas rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à Sra. Dirce Aguetone da Silva, pelo falecimento de seu esposo, Sr. Raimundo Cândido de Oliveira, ocor-

rido em Assis Chateaubriand, no dia 09 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar à família do Sr. Félix Alcebíades Acevedo. Sua vida e sua luta foram quase na totalidade em Foz do Iguaçu, passando seus últimos anos em Curitiba, onde veio a falecer neste dia 15 de maio de 2002, aos 86 anos. Deixa filhos, netos e bisnetos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos o falecimento do Sr. Félix Alcebíades Acevedo, que durante sua vida, primou pela honradez na condição de trabalhador, findando a sua existência, ao falecer aos 86 anos na cidade de Curitiba.

Deixa não apenas a família enlutada, mas também os companheiros, e os amigos que o admiraram.

O Sr. Félix Alcebíades Acevedo, era sogro do prefeito de Fazenda Rio Grande, Sr. Antonio Wandscheer.

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família da Sra. Maria Carmita Selusniak, fundadora da cidade de Mandirituba, onde, juntamente com o seu esposo, já falecido, soube muito bem criar seus filhos, netos e bisnetos, onde veio a falecer neste dia 15 de maio de 2002, aos 79 anos. Deixa filhos, netos e bisnetos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos o falecimento da Sra. Maria Carmita Selusniak, que juntamente com seu esposo (já falecido), trabalhou para o desenvolvimento de Mandirituba onde criou seus filhos. Findando a sua existência, ao falecer aos 79 anos, deixa não apenas a família enlutada, mas também os companheiros, e os amigos que a admiraram.

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

Observadas as disposições do artigo 132, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER a expedição de votos de congratulações ao Sr. Antonio Carlos Basílio da Silva, diretor de Imprensa da Fotrapar - Fundação Força Trabalhista do Paraná, em razão da sua atuante participação na homenagem "Melhores do Ano", promovida pelo Diário Popular.

Requer, outrossim, seja expedido diploma de “honra ao mérito” para o homenageado.

Nascido em Arapongas, Antonio Carlos Basílio da Silva, foi diretor do Diretório Central dos Estudantes da PUC/PR (DCE), diretor de Comunicação Social e vice-presidente da Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU). Também foi diretor do Instituto Afro-Brasileiro do Paraná.

Em 1992, ganhou o Prêmio “Jovens Destacados de Curitiba”, oferecido pela Câmara Júnior Empresarial da Capital.

Por três mandatos consecutivos, de 1989 a 1992, foi diretor esportivo da Associação dos Moradores do Conjunto Paineiras, no Bairro Barreirinha.

Foi funcionário de carreira, por 10 anos, do Banes-tado.

Antonio Carlos Basílio da Silva é cidadão político por excelência e, com certeza, pretende desenvolver projetos sempre de cunho social para Curitiba e para o Paraná.

Segue anexo currículo desse valoroso cidadão.

Encaminhe-se o voto para o endereço: Rua das Grevíleas, 25, Conjunto Paineiras, Barreirinha - Curitiba-PR - CEP.: 82700-350.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido votos de congratulações ao Revmo. Sr. Dom Albano Bortoletto Cavallin, arcebispo metropolitano de Londrina, que em 09 (nove) de maio do corrente ano, completou 10 (dez) anos à frente daquela arquidiocese.

Requer, outrossim, seja expedido diploma de Honra ao Mérito e junto com estes voto, seja endereçado à Cúria Metropolitana - Avenida São Paulo - Catedral, Caixa Postal 872 - Londrina - CEP.: 86-100.

O Revmo. Dom Albano nasceu na Lapa, a 25 de abril de 1930, filho de Pedro Cavallin (falecido) e de Celestina Bortoletto Cavallin.

Estudou no Seminário Menor de São José, de Curitiba, e no Seminário Maior de Ipiranga, em São Paulo, de 1940 a 1953.

Ordenou-se sacerdote em 06 de dezembro de 1953.

Exerceu seu ministério na Catedral de Curitiba de 1954 a 1957. Foi vice-reitor do recém-fundado, em 1957, Seminário Maior em Curitiba.

De 1958 a 1963 foi pároco de Santa Terezinha em Curitiba. No período de 1963 a 1973, foi diretor espiritual do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos.

Em Roma, de 1960 a 1961, fez curso de especialização, bem como de Pastoral, em Bruges, Bélgica, em 1969.

Sagrou-se bispo no dia 28 de agosto de 1973.

Foi membro da Comissão Episcopal da CNBB - Linha Catequese, de 1979 a 1986.

Tomou posse como 2º bispo de Guarapuava no dia 14 de dezembro de 1986.

No dia 09 de maio de 1992, na cidade de Londrina, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, às 10h, presentes: Exmos. Revmos. Srs. Administrador Arquidiocesano durante a *sede vacante* de Londrina, Pe. Paulo Brincat, bem como Dom Pedro Fedalto de Curitiba, Dom Jaime Luiz Coelho, de Maringá e Dom Armando Círio, de Cascavel e outros Exmos. Revmos. Srs. Arcebispos e Bispos dos Estados do Paraná e de São Paulo, Dom Albano Bortoletto Cavallin apresentou ao clero da cidade e da Arquidiocese de Londrina e aos demais presentes as Bulas de sua eleição como terceiro arcebispo metropolitano de Londrina.

O trabalho incansável do Rvmo. Dom Albano tem como lema “Interpretava-lhes na Escrituras” (Lc. 24, 27).

Merece a homenagem desta Casa de Leis esse líder espiritual amado pela comunidade.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Cantagalo, Mateus Paulino da Rocha, com votos de congratulações pelo aniversário do município, ocorrido no dia 12 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A passagem do aniversário do município de Cantagalo, deve ser registrada sob o signo da emoção e ao lado do reconhecimento por tudo o que ele representa ao Estado do Paraná. Composto por gente ordeira, Cantagalo tem se notabilizado pelo progresso alcançado graças ao trabalho sério dos seus habitantes que não se assombra em meio às crises, gerando empregos e rendas e produzindo alimentos que saciam a mesa de muitos brasileiros.

Felizmente, Cantagalo está sediado em solo paranaense e merece receber as sinceras homenagens desta Assembléia Legislativa pelo seu aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Sr. Valdir Martinazzo, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 13 do mês em curso.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao vice-prefeito, Sr. Hélio Brunning e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Nelson Pauli.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tenho muito orgulho em poder representar Três Barras do Paraná na Assembléia Legislativa. O município é composto por gente trabalhadeira que investe pesadamente na agricultura e da terra tira o sustento de suas famílias e de tantas outras residentes no Paraná e fora dele. Os aguerridos agricultores lá residentes souberam sempre superar, através do trabalho, as crises que assolaram e assolam este País. A classe política, tem oferecido o apoio necessário para que a população tenha melhores condições de vida e por esta razão a cidade caminha em largas passadas nos trilhos do progresso.

O aniversário de Três Barras do Paraná, deve ser registrado sob o signo da emoção e ao lado do reconhecimento por tudo o que representa o município para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Nova Laranjeiras, Sr. Nelci da Rosa, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer no dia 16 do mês em curso.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao vice-prefeito, Sr. Luiz Witmann.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tenho muito orgulho em poder representar Nova Laranjeiras do Paraná na Assembléia Legislativa. O município é composto por gente trabalhadeira que investe pesadamente na agricultura e da terra tira o sustento de suas famílias e de tantas outras residentes no Paraná e fora dele. Os aguerridos agricultores lá residentes souberam sempre superar, através do trabalho, as crises que assolaram e assolam este País. A classe política, tem oferecido o apoio necessário para que a população tenha melhores condições de vida e por esta razão a cidade caminha em largas passadas nos trilhos do progresso.

O aniversário de Nova Laranjeiras, deve ser registrado sob o signo da emoção e ao lado do reconhecimento por tudo o que representa o município para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Vir-

mond pela passagem do seu 11º aniversário de emancipação político-administrativa, a ser comemorado no dia 17 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, Osmar Luiz Palinski, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Neimar Granoski, à Avenida XV de Novembro, s/nº - CEP - 85390-00, Virmond-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Cantagalo pela passagem do seu 20º aniversário de emancipação político administrativa, a ser comemorado no dia 12 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal Mateus Paulino da Rocha, e ao presidente da Câmara Municipal, Vereador Pedro Clarismundo Borelli, à rua Cinderela, 379 - CEP 85000-00, Cantagalo-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Serviço Social, alusivo ao dia do Assistente Social, a ser comemorado no dia 15 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua presidente senhora Márcia Terezinha de Oliveira, a ser encaminhada à Rua Monsenhor Celso, 243, salas 1 e 6 - 2º andar - CEP 80010-150, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, alusivo ao dia do Enfermeiro, a ser comemorado no dia 12 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua presidente senhora Jurandy Kern Barbosa, a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 279 - 7º andar - CEP 80020-921, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Estado do Paraná, alusivo à realização do Seminário Sobre Matriz Energética, realizado nos dias 14 e 15 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Zamenhof, 35 - CEP 80030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Arquidiocese de Curitiba pela passagem dos seus 76 anos de fundação, comemorado em 10 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Arcebispo Dom Pedro Fedalto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Jaime Reis, 369 - CEP 80510-010, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Estado do Paraná, alusivo ao Dia do Geógrafo, a ser comemorado no dia 29 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Luiz Antonio Rossafa, a ser encaminhada ao CREA, Rua Dr. Zamenhof, 35 - CEP 80030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Comissão de Geologia e Engenharia de Minas, alusivo ao Dia do Geógrafo, a ser comemorado no dia 30 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Mauro Salgado Monastier, a ser encaminhada ao CREA, Rua Dr. Zamenhof, 35 - CEP 80030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, alusivo ao Dia da Indústria, a ser comemorado no dia 25 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente José Carlos Gomes de Carvalho, a ser encaminhada à FIEP, à Rua Cândido de Abreu, nº 200 - 6º andar - CEP 80530-902, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato do Comércio Varejista de Ivaiporã - Sincomércio alusivo à inauguração da sede própria do referido sindicato, que ocorrerá em 16 de maio próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Luiz Carlos Favarin, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Castelo Branco, nº 1090 - CEP 86870-000 Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato Rural de Ivaiporã alusivo a posse da nova diretoria para o Triênio 2002/2005 que ocorrerá em 18 de maio próximo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Evaltd Wessler, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Presidente Tancredo Neves, nº 4235 - CEP 86870-000 Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a Fundação Paulo Muniz alusivo a sua inauguração que ocorrerá no dia 24 de maio do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Paulo Muniz, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Senador Souza Naves, 1803 - CEP 86010-170 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Juizado Arbitral de Medianeira pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo.

Fazem parte do Corpo de Juízes do Tribunal Regional de Conciliação, Mediação e Juizado Arbitral de Medianeira os senhores: Aldair José Ghiotto, Ari Cezar Dias Ramos, Carlos Dias Alves, Elias Carrer, Guido Jacó Steffens, José Waldir Corrêa Antunes, Jorge Luiz Dondoni, Luiz Carrer, Marcelo Buzato, Marcos Andrade, Ricardo Inácio Alexius, Roberto Antonio Sonego, Ronald da Cunha, Tarcísio Miguel Bedin, Rosari Luis Costa e as Senhoras: Brígida Aparecida Pereira, Cristiane Nunes de Oliveira e Joseane Dondoni da Costa.

O Tribunal Arbitral tem por finalidade a solução de controvérsias resultantes de transações que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis. A Justiça Arbitral é um meio alternativo de Justiça Estatal, que soluciona seus litígios a partir de mecanismos extrajudiciais modernos, eficazes, e totalmente neutros, caracterizados por sua celeridade, informalidade, imparcialidade, sigilo, democracia e confiança.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Sicredi Cataratas do Iguaçu, pela inauguração das belíssimas agências de Foz do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu, ocorrida nos dias 10 e 11 e maio de 2002, respectivamente.

Concerteza as novas instalações das agências inauguradas fornecerão melhor atendimento aos clientes, além de proporcionar maior conforto aos colaboradores do Sistema Sicredi. A construção de prédios próprios demonstra o interesse da instituição em aplicar na região o lucro obtido em suas operações, dando a região uma oportunidade de

crescimento no setor econômico e no comércio em geral.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(aa) ELI GHELLERE

ELIO RUSCH

SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1206

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao jornal Gazeta do Centro Oeste, do município de Campo Mourão - PR, pelas comemorações alusivas aos seus 20 anos de funcionamento.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência ao seu diretor, Sr. Haroldo Tissot, à diretora administrativa, Sra. Sonia Sekscinski, funcionários e colaboradores (Rodovia BR 158, km 01, nº 1.088 - saída para Maringá - CEP 87309-650 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Prof. Mário Brandão Teixeira Braga, do município de Piraquara, pela comemoração de seu primeiro aniversário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Os alunos do Colégio Estadual Mário Brandão Teixeira Braga, percebendo a necessidade da criação de um grêmio estudantil, reuniram-se no salão do colégio sob a organização do aluno Ranael de Souza e chegaram à conclusão de que é possível criar a instituição. Na sequência, criou-se uma comissão organizadora que marcou uma assembléia geral e que aprovou o Estatuto.

Em 30 de novembro de 2000 foi realizada assembléia geral que na ocasião aprovou o estatuto do grêmio. Em 27 de abril foi realizada a eleição com disputa de duas chapas: Revolução Jovem em Ação e A Força Jovem, sendo vencedora a primeira, que tomou posse em 2001, com os seguintes componentes: Ernani Winter (Presidente), Silvano Rodrigo Colling (vice-presidente), Nerivaldo Nenemann (secretário), Deizon Dranka (2º secretário), Leonel Kluppell Pinto (tesoureiro), Luiz Bezerra (2º tesoureiro), Priscila Artori dos Santos (diretora social), Ronaldo Demarqui (assessor social), Pedro Fábio Gonzales (diretor de esportes), Pedro Fabiano Gonzales (assessor de esportes), Helenita Torquato (diretora cultural), Cristian Marlon Maciel (Diretor de imprensa), Everson Domingos dos Santos (diretor de articulações Política Estudantil). No Conselho Fiscal: Itaelcio Diniz, Vilmar de Barros, Ricardo Julio dos Santos e

Luiz Henrique Babio. O Grêmio possui ainda colaboradores e voluntários que, com seu trabalho auxiliam para o bom andamento das atividades.

Pela comemoração de seus primeiro aniversário, receba o Grêmio Estudantil do Colégio Mário Brandão Teixeira Braga, através de seu atual presidente Ernani Winter (Rua Reinaldo Meira, 1150 - 83305-100 - Piraquara/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - APACN, pela inauguração do Centro de Genética Molecular e pesquisa do Câncer em Crianças.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) inaugurou em Curitiba o primeiro Centro de Genética Molecular e Pesquisa do Câncer em Crianças, na América Latina. O Centro tem como objetivo aumentar os índices de diagnóstico do câncer, podendo combater com mais eficiência a doença.

A unidade fica nas proximidades do Hospital de Clínicas, da UFPR. Os equipamentos do laboratório foram doados pelo Hospital Saint Jude, de Memphis, nos Estados Unidos, considerando o quarto maior do mundo. A doação foi feita através de uma parceria realizada entre as entidades e um dos diretores do hospital americano, o brasileiro Raul Correia Ribeiro que também é presidente do Conselho Científico da APACN. O laboratório reúne num mesmo ambiente todos os setores e equipamentos que envolvem as atividades de pesquisa e atendimento.

A metade da verba que resultou na construção do novo Centro foi disponibilizada pela arrecadação da campanha do McDia Feliz, doações de empresários e voluntários, e o restante será quitado com a edição 2002 do McDia Feliz. Além do Centro de Pesquisa, o local também servirá também para treinamento de médicos pediatras, que cursam mestrados e doutorados, para que executem seus projetos inéditos.

A criança com neoplasia não tem tempo estipulado para ficar na APACN, pois isso é muito variável. A instituição possui 132 leitos, atende a 61 crianças que têm direito a acompanhante, oferecendo todas as condições para que o tratamento tenha sucesso.

Pela inauguração de mais este importante setor - o Centro de Genética Molecular e Pesquisa do Câncer em Crianças, através do presidente da APACN, Dr. Antonio Carlos Santos Lima (Rua Oscar Schrappe Senior, 250 - Tarumã - 82810-690 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Prof. Mário Brandão Teixeira Braga, do município de Piraquara, pela comemoração de seus nove anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Prof. Mário Braga iniciou suas atividades em 10 de maio de 1993, após uma grande luta. Um árduo caminho iniciou-se com a necessidade de abrigar mais de 500 alunos do município que estavam sem vaga.

O local existente era o antigo Instituto Terapêutico de Piraquara, no bairro São Cristóvão que estava abandonado há mais de 12 anos. A comunidade manifestou-se, sob a liderança do então diretor do Col. Est. Romário Martins (Prof. José Gallerani) que formou a primeira comissão, em 1987, para reivindicar a escola ao governador Álvaro Dias. De lá para cá muitas outras comissões foram se formando, sempre firmes na luta pela tão sonhada e necessária escola para Piraquara. Após muito esforço dos diversos segmentos sociais de Piraquara, em 19 de março de 1993 foi realizada uma eleição para definição do nome da nova unidade escolar de Piraquara e foi sugerido o nome do Prof. Mário Brandão Teixeira Braga, com o qual foi denominada a escola.

Finalmente em 10 de maio de 1993 o Colégio Mário Braga iniciou suas atividades no primeiro pavilhão conquistado, ofertando 500 vagas. Em 1996 a escola conquistou mais um pavilhão, dobrando a área do Colégio e a partir de 2000 conquistou mais um pavilhão.

Os diretores do Colégio Mário Braga foram: Rita Mara Gonçalves, José Galerani Filho, Shirley Marchiorato e atualmente José Costa Lima Filho.

O Colégio Mário Braga é um verdadeiro exemplo de que o esforço de uma comunidade avançando em direção a um objetivo, vale a pena - especialmente quando isso se traduz em cidadania para os nossos filhos, construtores do amanhã.

Pela comemoração dos seus gloriosos 9 anos de fundação, receba o Colégio Mário Brandão Teixeira Braga, através de seu atual diretor, Prof. José Costa Lima Filho (Rua Reinaldo Meira, 1150 - 83305-100 - Piraquara/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações à Rádio Colméia do município de Cascavel, na pessoa do diretor-presidente,

Renato Silva, em decorrência do 44º aniversário de fundação.

Trata-se de importante meio de comunicação que ao longo destes quarenta e quatro anos vem contribuindo imensamente para o desenvolvimento do município e região, transmitindo a todos os ouvintes a informação e descontração, através de diversos programas de muita qualidade.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao jornal O Paraná, do município de Cascavel, na pessoa do diretor geral, André Heitor Costi, pelo 26º aniversário de fundação.

Trata-se de importante meio de comunicação, cuja história se confunde com a história do Oeste do Paraná, que ao longo deste tempo vem conquistando toda região fazendo um jornalismo sério e voltado à divulgação dos fatos na forma que realmente eles ocorrem, e de forma democrática abrindo espaço a todas correntes de opinião.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Diocese de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 76 anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Diocese de Ponta Grossa está comemorando os seus 76 anos de existência. Fundada em 1926, surgiu a partir do crescente desenvolvimento ocorrido naquela época na região, devido à posição geográfica, clima, terras férteis, população e influência sócio-econômica-regional, e também à distância do Bairro de Ponta Grossa à Vila de Castro, o que obrigava os habitantes a percorrer esta distância. Isso contribuiu para que as autoridades políticas e eclesiásticas escolhessem Ponta Grossa para ser sede de uma Diocese no Paraná.

Com isso, os habitantes da época escolheram a colina, local elevado e que era visto de longe pelos viajantes, para instalação da nova Capela, a Nossa Senhora Santa'Ana, local onde hoje é a Catedral.

A primeira matriz de Sant'Ana foi construída em data posterior a 1823, quando os amigos moradores não estavam satisfeitos com o local dos cultos religiosos rea-

lizados na "Casa da Telha", antigo abrigo de tropeiros. Muitos anos depois, por volta de 1863, a pequena igreja foi ampliada.

Atualmente a Diocese de Ponta Grossa conta com 39 paróquias e várias comunidades rurais e urbanas.

Pela comemoração dos gloriosos 76 anos e existência, receba a Diocese de Ponta Grossa, através do Bispo Dom João Braz de Avis (Cx. Postal 394 - 84001-970 - Ponta Grossa-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Leão Júnior, pela comemoração de seus 101 anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Leão Júnior está comemorando 101 anos de existência. Fundada em 08 de maio de 1901, quando Ermelino de Leão Júnior decidiu construir uma indústria para beneficiar a erva-mate.

Por volta dos anos 20, o volume exportado pela empresa chegou a 5 mil toneladas por ano. No final da década de 30 lançou o mate tostado no mercado brasileiro, trazendo uma solução prática para os hábitos da época. Esta solução acabou garantindo a sobrevivência da empresa, já que o mercado interno foi gradualmente substituindo o mercado externo que no final de 40 começou a diminuir.

Nesta época, a produção dos principais clientes nacionais do produto havia aumentado e coberto o consumo local. Na década de 50 surge o costume de tomar chá mate gelado nas praias do Rio de Janeiro. No final da década de 80 lançou a linha de chás prontos para beber em garrafas, pets e copos.

A marca Leão é das mais conhecidas do nosso país e líder de mercado nacional; aqui no Paraná é de dentro de casa de quase todos os paranaenses. Com uma grande linha de produtos que vão desde a tradicional caxinha cor de laranja com leão estampado (quem não a conhece?) às modernas garrafas plásticas (pets), a Leão Júnior está na vida dos brasileiros.

Atualmente possui três fábricas e comercializa 72 produtos de mercado brasileiro. Além dos chás-mate a Leão Júnior também investe em especiarias com distribuição exclusiva no Brasil de produtos de marca francesa Drucos, do Grupo McCormick.

Pela comemoração de seus gloriosos 101 anos, receba a empresa Leão Júnior, através de seu presidente, Ivo Leão Júnior (Avenida Presidente Getúlio Vargas, 253 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria de Estado da Saúde, pela comemoração de seus 55 anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná está completando 55 anos. No dia 14 de maio de 1947, o então governador Moysés Lupion determinou a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, em substituição ao Departamento Estadual de Saúde.

A idéia era ampliar a atuação na área de prevenção. Para isso, o governo aumentou o número de distritos sanitários, de sete para quatorze. Mas, mesmo assim, o setor enfrentou muitas dificuldades para tratar a saúde dos paranaenses. O Paraná crescia rapidamente. Cidades surgiam por todos os cantos. Um público cada vez maior no campo e na cidade precisava de atendimento médico. A saúde não conseguia acompanhar a rápida urbanização paranaense. Demorou quase vinte anos para o setor começar a ter resultados mais significativos.

Nos anos 70 as maiores preocupações eram as doenças transmissíveis que podiam ser controladas com vacinas e saneamento. Em 1975, o governador Jaime Canet Jr. criou a Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná. Em 1979 foi criada a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, entidade que passou a responder por todas as atividades sanitárias desenvolvidas na Secretaria. O objetivo era criar meios para a geração de recursos extra-orçamentários, bem como a contratação de pessoal terceirizado para dar mais agilidade ao trabalho.

Depois veio o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, o SUDS e, finalmente, o Sistema Único de Saúde - SUS, no governo de Fernando Collor de Mello, que promoveu a descentralização operacional e financeira na saúde.

A Secretaria de Saúde do Paraná, ao longo destes 55 anos fez muito pela saúde da nossa população. Dos mais importantes trabalhos do órgão destacamos o de Vigilância Epidemiológica, o programa de prevenção ao Câncer de Colo de Útero (implantado em 1997 e que serviu de modelo para muitos Estados) e as grandes conquistas na redução da mortalidade infantil.

Pelos gloriosos 55 anos que estão sendo comemorados, receba a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, através de seu secretário Dr. Luiz Carlos Sobânia (Rua. Engenheiro Rebouças, 1707 - CEP.: 80230-040 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de congratulações ao Sr. Ronildo Pampuch Surek, pelo aniversário de 1 (um) ano do programa de rádio "Vale no Esporte", cujo trabalho vem tendo grandiosa repercussão em sua região.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço até o dia 22/05/2002, sito à Rua Benjamim Constant, nº 166, Cidade de Irati, Estado do Paraná, CEP.: 84500-000.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MARCOS VALENTE ISFER

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. José Trindade, que atua na profissão de autônomo, como cabeleireiro desde 1959, ou seja, há 43 anos.

Nascido em 28 de dezembro de 1937, na cidade de Porto União-PR, é filho da Sra. Lindolfa Maria da Trindade e reside em Curitiba desde 1959.

Proprietário do L'uomo Cabeleireiros, sito à Praça Osório, 351 e 333, nesta Capital, desenvolve sua atividade com muito profissionalismo, competência e dedicação.

Além dessas qualidades, é uma pessoa extremamente humana, que trata a todos com muito respeito, carinho e receptividade, o que tem lhe assegurado clientes que tornam-se seus amigos de longos anos, inclusive personalidades de todas as categorias profissionais de nossa sociedade.

São pessoas comuns, empresários, radialistas, políticos e outros que frequentam a L'uomo Cabeleireiros, não só como clientes, mas principalmente pelo sentimento de amizade, confiança e pelos bons momentos que passam junto ao Sr. José Trindade.

E agora, após muitos anos de vida de sua vida dedicados à arte de ser cabeleireiro, nós entendemos ser meritória uma homenagem a esse profissional. Pela forma profissional e humana ao desenvolver sua atividade, nos somamos a todos os seus clientes, amigos e colegas de trabalho que querem demonstrar todo o agradecimento, admiração e respeito que sentem pelo Sr. José Trindade.

Nossa homenagem é traduzida neste voto de louvor, o qual pedimos fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, extensivo aos demais pares.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem muito respeitosamente, REQUERER, votos de louvor ao senhor presidente da Câmara de Vereadores do Município de Palmas, Eliseu Lutosa Milla, pelo trabalho e credibilidade que fazem a Câmara Municipal de Palmas - PR figurar entre as 100 melhores do país, em seus aspectos legislativos, administrativos e fiscalizadores.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço até o dia 22/05/2002, sito à Avenida Clevelandia, s/n - Cx. P. 57 - Palmas, Estado do Paraná, CEP.: 85555-000.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao médico cardiologista de Londrina, Dr. Francisco Gregory, por ocupar uma cadeira na Academia Paranaense de Medicina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde, CEP.: 80240-280 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado à Rádio Paiquerê de Londrina, votos de sucesso pela transmissão dos Jogos da Seleção Brasileira a ser realizado, e que, do presente, se dê ciência ao diretor-presidente, João Batista Faria.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Paiquerê de Londrina é a única emissora do Rádio Paranaense que irá transmitir diretamente da Coreia do Sul e Japão os jogos Seleção Brasileira.

A equipe da Rádio Paiquerê é composta pelo comentarista e diretor, J. B. Faria, narradores José Manoel e J. Mateus e Ademir Lobo, repórter.

A importância desta homenagem se prende ao fato de estar a Rádio Paiquerê retransmitindo em cadeia com outras 35 emissoras dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais.

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, voto de protesto à decisão tomada pela Escuderia Ferrari junto ao Grande Prêmio - Áustria, do dia 12.05.2002, manifestação desta Casa contra decisão de manipulação de resultado final, alternando e alterando para a vitória indicada contra qualquer regra de disputa existente em qualquer modalidade desportiva descrita por todos os jornais do mundo, mostrando a decepção do povo fazendo com que o próprio campeão do mundo Michael Schumacher, sintasse envergonhado, consolidando fielmente ao mundo que a vitória foi de competência e arrojo do piloto Rubens Barrichello, louvor ao profissional Rubens Barrichello.

Solicito à Confederação Brasileira de Automobilismo a retratação da Escuderia Ferrari, ao povo brasileiro e que nunca mais ocorra este fato.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuk, coordenador interino do Denit - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, no Paraná, consultando-o se no projeto de construção da Rodovia do Contorno Leste de Curitiba, consta a implantação de sistema para conter material tóxico procedente de eventual acidente com veículos que transportam produtos químicos e, havendo, de que forma será realizada.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido manifestações de empresários e da comunidade em geral da Cidade Industrial de Curitiba, demonstrando grande preocupação com a construção do Contorno Leste de Curitiba, quanto à não instalação do sistema de prevenção para a contenção de material tóxico na eventualidade de acidente com veículos que transportam produtos químicos, fato que pode comprometer seriamente a preservação do meio ambiente e a saúde da população de Curitiba, de vez que a represa do Iraí, localizada nas proximidades do complexo rodoviário e responsável pelo fornecimento de água de grande parte da população curitibana, poderá ser afetada.

REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando a conclusão da Ferroeste e

a construção de depósito de calcário junto ao terminal da Ferropar/Ferroeste.

A construção da Ferrovia do Oeste do Paraná foi efetivada apenas na ligação entre Cascavel/Guarapuava, desconsiderando necessária a conclusão de todo traçado original, restando a sua extensão até Guairá, e em ramal até Foz do Iguaçu, ao Norte e ao Sul do Extremo Oeste do Paraná. Região que se caracteriza como grande produtora de grãos e consumidora de insumos agrícolas. Com a falta do transporte ferroviário, a produção agropecuária deixa de ser competitiva e perde mercado para as outras regiões, prejudicando a economia da região e do Paraná.

Assim como a construção de um depósito de calcário junto ao terminal Ferropar/Ferroeste em Cascavel, trará muitos benefícios aos agricultores, que precisam comprar o produto em outras regiões, o que acaba tornando-o muito mais caro em virtude do frete. Com construção do referido depósito, o calcário poderá ser disponibilizado aos agricultores com custo de frete zero.

Por se tratarem de obras de grande importância para o desenvolvimento regional e estadual, pedimos que seja atendido ao pleito, visto que já fizemos requerimento no dia 08 de agosto de 2001 e não obtivemos nenhuma resposta, a qual está sendo aguardada ansiosamente pelos agricultores e pela população.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Almirante Tamandaré do Município de Foz do Iguaçu -PR, objeto do Protocolo nº 5127625.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Santa Cândida, os quais pedem policiamento nas Ruas Major Saul de Carvalho Chaves, José Antonio Leprevost, Cel. Wallace Scott Murray e proximidades, tendo em vista a grande incidência de assaltos e roubos que vêm ocorrendo no local.

Próximo a essas ruas há uma invasão e após a instalação da mesma é que tais acontecimentos começam a existir. As residências são assaltadas em pleno dia e à noite também, e os moradores encontram-se muito apreensivos, solicitando o policiamento com a máxima urgência.

Até os cães estão sendo envenenados, para facilitar o acesso às residências.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Luiza Maria Sales, residente à Rua Antonio Cândido Cavalim nº 1.122 - Bairro Alto, que pede policiamento ostensivo nas proximidades do Colégio Estadual do Paraná e do Passeio Público, nos horários de entrada e saída dos alunos, tendo em vista a ocorrência constante de brigas e assaltos.

Tal fato tem preocupado muito os pais de alunos, os quais ficam muito apreensivos quanto aos acontecimentos graves que podem acontecer com seus filhos e alunos em geral.

Pede urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando do mesmo aumento do efetivo da Polícia Militar no município de Três Barras do Paraná.

A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná já efetivou essa reivindicação junto ao tenente-coronel Antonio Amauri Ferreira de Lima, do 6º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, tendo em vista a necessidade de controlar a criminalidade na região.

O município em questão possui extensa área territorial, com grande quantidade de pequenas propriedades rurais, situação que vem atraindo muitos marginais para a região, aumentando de forma significativa o registro de ocorrência como roubo, invasão de propriedades com os agricultores sendo mantidos reféns e tendo as respectivas residências saqueadas.

Os soldados lotados naquele destacamento tem se esforçado no combate à criminalidade, mas o número reduzido do efetivo inviabiliza a cobertura de toda a área territorial.

Em razão desses fatos, urge a tomada de providências por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública, permitindo aos agricultores de Três Barras do Paraná a defesa da integridade física das famílias e a proteção ao patrimônio conquistado com árduo trabalho.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao senhor Marcus Bafutto, superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, solicitando do mesmo atendimento à reivindicação dos moradores de Marialva, no sentido da cobrança de tarifas locais entre a sede daquele município e respectivos distritos, conforme ofício circular anexo.

Os últimos dados divulgados pelo IBGE apontaram extraordinário crescimento do número de telefones no Brasil. Há, portanto, aumento da demanda suficiente para justificar a perda de receita na transformação de tarifas conurbadas em tarifas locais.

A reclamação dos moradores dos distritos de Marialva é justa e merece a atenção da Agência Nacional criada para regular o setor de telefone.

A Região Metropolitana de Curitiba já recebeu o benefício da cobrança de tarifas locais e o interior do Paraná, no caso em tela, o município de Marialva também encarece urgentes providências no sentido da cobrança de tarifas locais entre a sede e os respectivos distritos.

A tarifa conurbada chega a ter custo três vezes maior que a tarifa local e esse valor onera sobremaneira os orçamentos domésticos e também de empresas situadas nas regiões abrangidas pelo sistema.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao ministro de Estado das Telecomunicações, solicitando do mesmo providências no sentido de viabilizar que todos os brasileiros possam acompanhar os jogos da Copa do Mundo de Futebol, evento a ser realizado no Japão e na Coreia.

Segundo informações, 22 milhões de brasileiros não terão acesso aos jogos, porque haverá bloqueio para a transmissão através de antenas parabólicas.

Em razão da paixão nacional pelo esporte, é preciso que as autoridades responsáveis pelas telecomunicações no Brasil, fiquem atentas para a democratização da transmissão dos jogos, sob pena de alijar significativa parcela da população.

Considerando que o Ministério das Comunicações é o responsável pela área no país, urge a tomada de providências para garantir igualdade entre todos os brasileiros e não só para aqueles que podem pagar canais especiais de transmissão.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1192

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a V. Exa. as providências cabíveis ao encaminhamento ao chefe do Poder Executivo, do seguinte pedido de informações:

1. Qual o número de carteiras de identidade expedidas pelo Instituto de Identificação nos últimos dez anos?

2. Quantos postos de identificação existem no Estado todo?

3. Qual o valor das taxas cobradas pelo Instituto de Identificação corresponde aos últimos dez (10) anos? (Com percentual de acréscimo no decurso desse período).

4. Considerando que o Instituto de Identificação, nos últimos dez anos, por várias vezes mudou de endereço na Capital do Estado, pergunta-se: o que impede o mesmo de possuir sede própria?

5. Qual o percentual do valor total das taxas cobradas pelo Instituto que retorna para o mesmo?

6. Desse percentual quanto é aplicado na manutenção e melhoria dos serviços prestados pelo Instituto de Identificação?

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao prefeito municipal de Curitiba, referente à Lavanderia Hospitalar do Hospital Evangélico, localizada à Rua Ângelo Zeni, nº 579, Bairro Bom Retiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A população moradora circunvizinha à Lavanderia Hospitalar do Hospital Evangélico, localizada à Rua Ângelo Zeni, nº 579 - Bairro Bom Retiro - nesta Capital, vem sofrendo, desde o ano de 1999, com os transtornos causados pela instalação dos equipamento que compõem o complexo.

Localizada nas proximidades do Bosque Gutierrez e do Bosque Alemão, em região quase que estritamente residencial, desde que a referida lavanderia entrou em atividade, uma grande quantidade de produtos tóxicos com forte cheiro tem sido exalado daquelas instalações, proveniente da queima de óleo das caldeiras, o que trouxe diversos problemas de saúde para os moradores próximos, de ordem respiratória. Não bastassem os transtornos pulmonares, outros ainda se apresentam, pois com intervalos de curtos períodos ruídos de alto volume ecoam pela vizinhança, tirando o sossego das pessoas.

A lavanderia, de elevado risco ambiental, já sofreu um incêndio, o que aumentou ainda mais os riscos, já que

há grande quantidade de gases no local, com possibilidade de explosão.

Os moradores desesperados, protocolaram um abaixo-assinado junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, e que até agora não obteve resposta.

Em audiência na data de 10 de maio de 2001, o Ministério Público do Paraná, através de seu promotor de Justiça - Dr. Sérgio Luiz Cordoni determinou:

1 - à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente para a abertura de Inquérito Policial pela prática de crime ambiental;

2 - à Secretaria Municipal do Meio Ambiente para notificação de paralisação das atividades;

3 - à Secretaria Municipal de Urbanismo para que embargasse a lavanderia.

Diante do exposto, solicitamos ao senhor prefeito Municipal de Curitiba, informações referentes às medidas tomadas pelos órgãos municipais determinadas pelo Ministério Público, com relação ao caso exposto.

REQUERIMENTO Nº 1198

Senhor Presidente:

O deputado que este subsceve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao senhor presidente do Instituto Ambiental do Paraná- IAP, localizado à Rua Ângelo Zeni, ° 579, Bairro Bom Retiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.05.2002

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A população moradora circunvizinha à Lavanderia Hospitalar do Hospital Evangélico, localizada à Rua Ângelo Zeni, nº 579 - Bairro Bom Retiro - nesta Capital, vem sofrendo, desde o ano de 1999, com os transtornos causados pela instalação dos equipamento que compõem o complexo.

Localizada nas proximidades do Bosque Gutierrez e do Bosque Alemão, em região quase que estritamente residencial, desde que a referida lavanderia entrou em atividade, uma grande quantidade de produtos tóxicos com forte cheiro tem sido exalado daquelas instalações, proveniente da queima de óleo das caldeiras, o que trouxe diversos problemas de saúde para os moradores próximos, de ordem respiratória. Não bastassem os transtornos pulmonares, outros ainda se apresentam, pois com intervalos de curtos períodos ruídos de alto volume ecoam pela vizinhança, tirando o sossego das pessoas.

A lavanderia, de elevado risco ambiental, já sofreu um incêndio, o que aumentou ainda mais os riscos, já que há grande quantidade de gases no local, com possibilidade de explosão.

Os moradores desesperados, protocolaram um abaixo-assinado junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, e que até agora não obteve resposta.

Em audiência na data de 10 de maio de 2001, o Ministério Público do Paraná, através de seu promotor de Justiça - Dr. Sérgio Luiz Cordoni determinou:

1 - à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente para a abertura de Inquérito Policial pela prática de crime ambiental;

2 - à Secretaria Municipal do Meio Ambiente para notificação de paralisação das atividades;

3. à Secretaria Municipal de Urbanismo para que embargasse a lavanderia.

Diante do exposto, solicitamos ao senhor presidente do Instituto Ambiental do Paraná -IAP, informações referentes às medidas tomadas pelos órgãos municipais determinadas pelo Ministério Público, com relação ao caso exposto.

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com base no artigo 135 do Regimento Interno, o envio de pedido de informações ao senhor José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de prestar os seguintes esclarecimentos:

a - Qual o efetivo da Polícia Militar à disposição do Comando do Policiamento da Capital?

b - Qual o número de viaturas sendo utilizadas para atender o policiamento de Curitiba e Região Metropolitana?

c - Qual o número de postos policiais em Curitiba e Região Metropolitana? Especificando-os por município.

d - Especificar por município (Curitiba e Região Metropolitana) o número de policiais militares e civis que atuam diretamente na repressão de crimes.

e - Qual a população carcerária de Curitiba e Região Metropolitana? Especificando por unidade policial.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Pastor Edson Praczyk.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 325/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina "Rodovia Alfeu Teodoro de Oliveira" o trecho da PR-468, que liga o município de Janiópolis à BR-369.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Alfeu Teodoro de Oliveira, falecido juntamente com sua esposa, a senhora Ana Albuquerque de Oliveira, em acidente automobilístico ocorrido no dia 29 de maio de 1993, era prefeito municipal de Janiópolis.

Alfeu Teodoro tem sua origem ligada aos desbravadores que cruzaram o centro do Estado em busca de novas terras para construção do Paraná. Filho de José Teodoro de Oliveira, que juntamente com sua família foi um dos fundadores de Campo Mourão nos idos de 1910, foi o oitavo de uma geração que ajudou a erguer valerosas comunidades, como a sua cidade natal e as localidades à sua volta.

Nascido em 1925, dono de uma personalidade forte e marcante pela luta, pela bravura e pela audácia, em tempos de formar cidades era quem se encarregava de regularizar terras junto ao governo, atribuição que lhe rendeu amigos sinceros e inimigos leais, porque até hoje os que o conheceram dessa luta, destacam sua bravura para defender inclusive com o risco da própria vida, os objetivos a que se tinha proposto junto ao povo de Campo Mourão e região.

Ainda jovem, lembram os amigos e parentes que Alfeu conduzia a pé a vara de porcos que possuía até as cidades da região. Foi também na mocidade que se casou com Ana Albuquerque, de tradicional família, e que o ajudou a vencer as muitas empreitadas a que se dispôs.

Cedo iniciou sua carreira política, já na eleição de 1956 foi suplente de vereador, sendo na eleição de 1959 o vereador mais votado do município, representante do então distrito de Janiópolis através de expressiva votação de 874 votos.

Sua vocação política se firma quando vem a eleger-se como 2º prefeito de Janiópolis, através do seu primeiro mandato em 1966, sendo reeleito para um segundo mandato em 1972.

Em 1992, Alfeu voltou à Prefeitura de Janiópolis, elegendo-se novamente em acirrada disputa, concorrendo com o Dr. Ernesto.

Centralizador, mas ao mesmo tempo extremamente bom, jamais se negou a ajudar quem quer que fosse e, até os inimigos desfrutavam desta forma de ser, ali buscando e encontrando apoio, mesmo após as difíceis disputas eleitorais.

O povo de Janiópolis é quem mais lembra desta face de Alfeu Teodoro e, lhe devota carinho especial e memorável lembrança.

Dinâmico, levantava às 04 horas da manhã e, juntamente com dona Aninha, cuidavam de todas as suas criações. Sozinhos distribuíram para a comunidade os litros de leite comercializados à porta da sua casa, antes de este chegar aos laticínios.

Orgulhava-se do trabalho que exercia, e se dedicava ao cultivo da terra e ao trato da criação, tanto quanto aos seus. Era maior produtor de matrizes da região, porque considerava que em seu rebanho somente deveriam existir fêmeas. Para Alfeu Teodoro, a fêmea se destaca em quatro ciclos: porque é importante em si mesma, porque reproduz, porque produz leite e amamenta os bezerros.

Valorizando o trabalho ao máximo, afirmava que o peão deveria alimentar-se bem pela manhã, para poder produzir ao longo do dia sem preguiça, mesmo que sem almoço. Um bom café da manhã rende disposição ao trabalho do dia, dizia.

Com discursos inflamados e às vezes exagerados, mostrava a forma e a disposição com que amava Janiópolis e à sua gente.

Para a comunidade de Janiópolis que foi sua família e, para sua família ficará a lembrança do homem simples, humilde, leal, lutador que dava valor à união na reciprocidade do respeito. Agropecuarista, proprietário de mais de sete mil alqueires na microrregião, Alfeu Teodoro, mais que uma saudosa lembrança, constitui indiscutível pilastra dos construtores do Paraná, dos que muito contribuíram para sua grandeza usando como arma o trabalho, a coragem e a garra.

Entendemos ser uma questão de justiça perpetuar seu nome, denominando o trecho da PR-468, conforme especificado, e por isto, rogamos o aval dos nobres pares desta augusta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 326/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio-transporte a todos os Oficiais de Justiça, que prestam serviços à Justiça Estadual.

Art. 2º - O auxílio transporte citado no artigo 1º, consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo zero quilômetro, popular, básico e de fabricação nacional para cada oficial, cabendo ao decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem a finalidade de atender às necessidades básicas de locomoção da classe dos oficiais de justiça. A propósito, o oficial de Justiça usa o seu próprio carro para o trabalho, o que somente esse motivo justifica a apresentação deste projeto, dispensando maiores justificativas.

PROJETO DE LEI Nº 327/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três com sede no município de São Pedro do Iguaçu e foro no município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três foi fundada em 1º de março de 1995, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, e tem por objetivo principal a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores daquela comunidade.

A atual diretoria vem desenvolvendo um excelente trabalho em benefício de seus associados, digno de reconhecimento, sempre na busca de melhores condições de vida e maior justiça social para sua comunidade.

Pela documentação que anexamos à proposição, comprovamos que a entidade preenche os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, sendo de justiça o seu reconhecimento como de Utilidade Pública pelos nobres deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 328/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários - Por Amor a Iguaçu, com sede e foro no município de Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente dos Voluntários - Por Amor a Iguaçu, é uma entidade beneficente, de caráter assistencial, educacional e cultural, que visa promover ações filantrópicas de ajuda aos carentes. Esta laboriosa instituição não tem medido esforços para realizar trabalhos que venham minimizar os problemas dos mais necessitados, distribuindo cestas básicas, cobertores e encaminhando pessoas enfermas para consultas e tratamento de saúde.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação

de sua existência, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 329/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica Jairo Sampaio Viena com sede no município de Jardim Alegre e foro no município de Ivaiporã-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Jairo Sampaio Viena constitui uma entidade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A referida Loja Maçônica vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: a distribuição de cestas básicas e enxovais a famílias carentes, auxílio a creches, gestões junto à autoridade de saúde, no sentido de remover pacientes carentes para tratamento em outras cidades, onde existem hospitais especializados, doações mensais para senhoras da comunidade com o objetivo de subsidiar a alimentação e compra de medicamentos.

Todas estas razões promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 330/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social Bom Samaritano - Asboms, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Bom Samaritano - Asboms, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, cristão.

Tem por objetivo a promoção da assistência social, à família, à maternidade, à infância, aos adolescentes, aos portadores de deficiências, à velhice e aos toxicômanos,

entre outros, instituir creches, programas na área de saúde, médico e odontológico.

Considerando o elevado propósito da referida entidade social, conclamamos aos nobres pares, a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 331/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, o Clube de Mães Sol Nascente, do município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 76.752.690/0001-05, com sede na Rua João Froise, 205 - Moradias Potiguara, município de São José dos Pinhais - PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que o Clube de Mães Sol Nascente, do município de São José dos Pinhais, tem se elevado no trabalho de organizar a comunidade em busca de conhecimentos básicos na área de saúde, higiene, alimentação, educação, entre outras, apoiando as pessoas mais carentes e necessitadas, orientando e encaminhando-as aos serviços a que têm direito, promovendo cursos, reuniões, palestras relacionadas a necessidades detectadas nas famílias, contribuindo com isso, para a melhoria do nível de vida das famílias daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população sãojoseense, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente.

PROJETO DE LEI Nº 332/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Ribeirão do

Pinhal, de uma área de 437,00m², situada naquele município, parte integrante da data nº 05, registrado sob nº 1.377, do Livro 2 "F", do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Este imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado para a instalação da sede de serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, sendo vedada a destinação diversa, sob pena de esta cessão de uso tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - A cessão de uso, prevista nesta lei, contará com um prazo de duração de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogável por igual período, em conformidade com os interesses das partes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de ceder imóvel, em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, que será utilizado como sede de serviços administrativos daquela municipalidade.

Certo de que a medida proposta receberá o apoio dos meus nobres pares pelo benefício que trará à comunidade de Ribeirão do Pinhal e região.

PROJETO DE LEI Nº 333/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder em termos de cessão de uso o prédio localizado à Rua América nº 186, de propriedade da Copel, para utilização da APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade que a utilização do prédio que está abandonado possa vir a favorecer, além de ampliação no atendimento prestado pela APMI do município, que é de cunho assistencial, será um meio de inibir a depredação do local, que estando abandonado, é um alvo fácil para vândalos.

Cabe ressaltar ainda que a entidade se responsabilizará para reforma e manutenção do prédio.

Pela importância ressaltada, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 334/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, com sede e foro no município de Novo Itacolomi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, do município de Novo Itacolomi, que tem por finalidade prestar atendimento aos pequenos produtores filiados à referida associação, realizando cursos e treinamentos que são solicitados pelos mesmos, prestando atendimento no que diz respeito ao transporte, armazenamento, beneficiamento, classificação de produtos, embalagens e outros que sejam necessários à produção e comercialização de seus associados.

Pela importância apresentada, que consiste na principal para os agricultores associados a esta entidade, que se não fosse por esta associação os pequenos produtores desta região ficariam desamparados sem ter a quem recorrer. Para tanto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 335/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Lunardelli, com sede e foro no município de Lunardelli.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Lunardelli, que tem por finalidade prestar atendimento aos pequenos produtores filiados à referida associação, realizando cursos e treinamentos que são solicitados pelos mesmos, prestando atendimento no que diz respeito ao transporte, armazenamento, beneficiamento, classificação de produtos, embalagens e outros que sejam necessários à produção e comercialização de seus associados.

delli, que tem por finalidade o atendimento assistencial a famílias de baixa renda naquela municipalidade.

Essa entidade mantém cursos para mães, o clube da terceira idade, e ainda uma horta que tomam conta crianças de 07 a 14 anos e mantém a creche que atende hoje cerca de 80 crianças.

Pela importância do exposto, espero poder contar com o apoio dos membros parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 336/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a entidade Provopar do município de Marilândia do Sul, que visa o atendimento assistencial a aproximadamente 100 (cem) famílias, visando principalmente suprir algumas das muitas necessidades da população carente.

Desenvolve ainda projetos de extrema importância para a comunidade como uma escola de culinária, oficina de bonés que visa integrar os menores e suas famílias ao meio social, e ainda, dar-lhes uma profissão que poderão proporcionar um futuro melhor.

Pela importância do exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 337/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a APMI do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APMI do município de Marilândia do Sul, que visa o atendimento assistencial a 150 (cento e cinquenta) famílias, viabilizando cursos para a

geração de renda das famílias e ainda a instrução de jovens e adolescentes, como escolas de culinária, cursos na fábrica de bonés.

Pelo trabalho prestado à comunidade do município, pede sua declaração de Utilidade Pública para que possam concretizar ainda mais trabalhos de excelente qualidade como o são.

Pela importância ressaltada, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 338/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga São João do Ivaí ao Distrito de Ubaúna.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade estadualizar a rodovia municipal que liga o município de São João do Ivaí ao distrito de Ubaúna que tem extensão de 12km. Cabe salientar que essa rodovia concentra um intenso tráfego da região, tornando, portanto, inviável a manutenção dessa para o município.

Pela importância ressaltada, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, antes que V. Exa. conceda a palavra aos nossos ilustres visitantes, eu quero registrar com muita alegria e satisfação, a presença de alunos do colégio municipal de Laranjeiras do Sul, Colégio Aloysio Maia, alunos da 4ª série primária, acompanhados dos pais Adair, Marilúcia, Marlene, Rosana, Silvana, Neoci, Ivanir e da professora Marildes e da professora Cláudia e da diretora Zélia que fazem uma visita cultural a Curitiba e hoje visitam e conhecem a Assembléia Legislativa, crianças que são o futuro do Paraná e do nosso país.

Por isso, na condição de deputado, representando o município de Laranjeiras do Sul também aqui nesta Casa, quero dar boas vindas aos nossos visitantes e dizer que é uma alegria imensa recebê-los aqui nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fixa registrado nos Anais desta Casa a visita dos ilustres visitantes.

Conforme requerimento aprovado por esta Casa, de autoria do deputado Orlando Pessuti, nós teremos no Pequeno Expediente a palavra do Sr. Dionísio Banaszewski que falará sobre a Segurança Pública e o Sistema Penitenciário e o Paradigma da Cultura da Paz.

Com a palavra, o nosso convidado Dionísio Banaszewski.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, antes que V. Exa. conceda a palavra aos nossos ilustres visitantes, quero registrar com muita alegria e satisfação, a presença de alunos do Colégio Municipal de Laranjeiras do Sul, Aloysio Maia, da 4ª série primária, acompanhados dos pais Adair, Marilúcia, Marlene, Rosana, Silvana, Neoci, Ivanir e das professoras Marildes e Cláudia e da diretora, Zélia, que fazem uma visita cultural a Curitiba e hoje visitam e conhecem a Assembléia Legislativa, crianças que são o futuro do Paraná e do nosso país.

Por isso, na condição de deputado, representando o município de Laranjeiras do Sul também aqui nesta Casa, quero dar boas-vindas aos nossos visitantes e dizer que é uma alegria imensa recebê-los aqui, nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa a visita dos ilustres visitantes.

Conforme requerimento aprovado por esta Casa, de autoria do deputado Orlando Pessuti, nós teremos no Pequeno Expediente a palavra do senhor Dionísio Banaszewski que falará sobre a Segurança Pública e o Sistema Penitenciário e o paradigma da Cultura da Paz.

Com a palavra, o nosso convidado, Dionísio Banaszewski.

O SR. DIONÍSIO BANASZEWSKI

Boa tarde ao presidente da Mesa e demais presentes.

Obrigado, deputado Pessuti, pela nossa acolhida.

Há uns três anos atrás, durante uma rebelião na Penitenciária Central do Estado, houve uma solicitação de vários profissionais que trabalhavam dentro do sistema, dentro da penitenciária, para que as suas instituições de representação de classes e os seus conselhos, tomassem uma devida providência com relação às suas atividades.

Como nós não sabíamos do que se tratava e, querendo, no cumprimento do papel social dos conselhos, dar um tratamento técnico, científico e de forma ética aos nossos profissionais, resolvemos fazer uma atividade de pesquisa, que foi uma pesquisa em conjunto dos conselhos de Psicologia, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Serviço Social, juntamente com a

Universidade Federal do Paraná e o Ministério Público do Paraná.

Trouxe um convite para todos os senhores deputados, convidando-os para um fórum, onde vai ser apresentado o resultado dessa pesquisa e nós estamos fazendo dessa forma, porque é a forma mais democrática que existe, de passar a informação de dados que foram colhidos no íntimo de cada um dos profissionais que trabalham dentro do sistema penitenciário e essa pesquisa servirá de subsídio principalmente para os senhores, no sentido de alavancar projetos e o prosseguimento dentro desse compromisso social que todos nós, enquanto representantes públicos, temos com a sociedade.

Agradeço o convite da Casa e venho trazer essa palavra em nome dos conselhos, mostrar que é importante essa participação dentro desse compromisso social e convidá-los a estarem participando conosco do dia 22 de maio, agora, quarta-feira, e cada um recebeu um folheto dentro, confirmando a inscrição antecipadamente e a gente conta com a participação daqueles que puderem e estamos dispostos a fornecer todas as informações a partir dessa apresentação.

Estarão participando pessoas da Segurança Pública, o diretor do Depen de Brasília, o diretor do Depen do Paraná, juntamente com os conselhos, universidades e Ministério Público.

Agradeço a oportunidade de estar aqui fazendo esse convite a todos vocês.

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero agradecer a V. Exa., como já o fiz anteriormente ao presidente Hermas Brandão, por terem, juntamente com essa Plenária, acordado com a presença do Dr. Dionísio Banaszewski, a esta Sessão de hoje, para que pudesse transmitir esse convite e explicar as razões desse fórum que acontece em Curitiba, onde será enfocada a “Segurança Pública - o Sistema Penitenciário - o Paradigma da Cultura da Paz”.

É muito oportuna a presença do Dr. Dionísio aqui entre nós hoje, e essa ação conjunta que faz o Conselho de Psicologia com outros conselhos, porque tenho percebido e o deputado Algaci Tulio está aqui, o deputado Ricardo Chab, ainda há pouco estava o deputado Alborghetti, evidentemente todos os parlamentares que, praticamente, todas as semanas nesta Casa, têm discorrido sobre a problemática da Segurança Pública no Estado do Paraná, sobre a questão do Sistema Penitenciário.

Agora, a gente se apercebe que não só os parlamentares, não só os empresários, mas também os conselhos, profissionais ligados a essa área da Segurança, na prestação de serviço nessa área de Segurança, na área do Sistema Penitenciário, preocupa-se e envolve-se em buscar rumos e caminhos, para se ter uma melhor segurança pública e um melhor Sistema Penitenciário.

Tenho certeza que, em meu nome, em nome daqueles que aqui estão, em especial aos companheiros

que integram a Comissão de Segurança Pública, os companheiros da Comissão dos Direitos Humanos aqui da Assembléia Legislativa, tenho certeza que muitos de nós lá estaremos para acompanhar o desenrolar desse trabalho, aguardando com muita ansiedade as conclusões desse fórum, para que possamos, aqui na Assembléia, também reproduzir aquilo que foi produzido por vocês nesse fórum de Curitiba, onde a Segurança Pública, o Sistema Penitenciário e o Paradigma da Cultura da Paz será enfocado, debatido e analisado com profundidade.

Então, agradeço em meu nome pessoal a presença do Dr. Dionísio, e tenho certeza que será de grande importância que nós lá possamos comparecer.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Também quero parabenizar a iniciativa do deputado Orlando Pessuti, pela presença do Dr. Dionísio Banaszewski, e dizer da importância desse debate, porque é um assunto que vem tomando dimensões extraordinárias, não é de hoje, é de muito tempo. Na imprensa escrita, falada e televisada, realmente são crônicos os problemas que temos ainda hoje no Sistema Penitenciário.

Neste mundo tudo se modernizou, tudo avançou, a tecnologia impera em quase todas as áreas, mas infelizmente no Sistema Penitenciário, parece que não. Vivemos no tempo mais parecido da escravidão, onde o preso, muito embora tenha culpa, se está lá dentro, e foi condenado, é culpado pelo crime que cometeu. Mas, nem isso dá o direito de que viva numa situação das mais miseráveis que observamos dentro do Sistema Penitenciário.

De nada adianta se construir penitenciárias para 1200, para 800, 1500 presos, se não há condições de fazer um trabalho de ressocialização desse preso. Mesmo a segurança desse enorme presídio é possível fazer.

Então, é preciso repensar o Sistema Penitenciário. Acho que essa pesquisa, esse Fórum da Ação Conjunta vai nos apresentar, poderá levar as autoridades paranaenses e brasileiras a repensar o Sistema Penitenciário. Já se foi o tempo de se fazer enormes presídios em regiões, em cidades-pólos do Estado do Paraná, como de resto no Brasil, porque estamos aqui, com complexo extraordinário que macula e que desvaloriza a cidade de Piraquara, que lá estão setores que hoje se pode dizer, trata das piores espécies que nós temos da raça humana.

Então, é preciso, realmente, repensar, e eu parabeno o Dr. Dionísio por esta iniciativa e espero que esse fórum realmente, eu tenho certeza, vai alcançar o sucesso e vai nos apresentar um raio-x do sistema penitenciário, especialmente do Estado do Paraná.

Parabeno, pela sua presença aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Gostaria, também, de parabenizar o Dr. Dionísio por essa iniciativa, e deixar à disposição um material que nós temos a respeito de segurança pública quando fizemos, agora no início do mês de abril o 1º Fórum Evangélico sobre Segurança Pública.

Contamos com a presença da Secretaria da Segurança, delegados da Polícia Civil, autoridades da Polícia Militar e temos um vasto material à disposição e gostaria de somar ao resultado do fórum que será realizado. Recebemos o convite com muito carinho e com certeza estaremos lá para aprender mais um pouco a respeito dessa questão.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Eu gostaria, neste momento, de elogiar a atitude do psicólogo Dionísio Banaszewski em trazer, em forma de simpósio, de evento até, para que a sociedade conheça por inteiro como é que funciona o sistema prisional no país e de como é que se trata hoje o apenado, porque na verdade o cidadão é condenado e não é condenado para o castigo e, hoje, na verdade a sociedade lhe impõe um regime de castigo e nós sabemos disso.

Então, há muita deficiência no sistema prisional, e eu gostaria, como presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, poder colaborar um pouquinho com o pouquinho que a gente ouve, um pouquinho de conhecimento que a gente tem na área específica de Segurança Pública e até pela vivência da gente como jornalista há 22 anos cobrindo exatamente esta área.

É oportuno e importante que isso realmente saia dos muros do presídio, que a realidade do apenado de repente transponha o muro do presídio e chegue aqui para que a sociedade tenha uma dimensão porque o sistema colocado aí... Não precisamos nem fazer pesquisas, nós sabemos, na prática; não recupera ninguém. Infelizmente, transforma aquele que cometeu crime leve em criminoso num futuro hediondo, é uma escola, como realmente se diz no linguajar popular: é sim a universidade do crime.

O cidadão entra por um simples furto, muitas vezes, um furto famélico. Há casos de pessoas que furtavam para comer e que de repente são transformados em bandidos perigosos porque são colocados entre criminosos altamente perigosos.

Então, sequer o sistema prisional no Brasil separa por delito, nem isso nós temos.

Isso não precisa de lei, basta vontade, basta querer fazer.

E eu sempre defendi isso. Olha, que bom seria se nós tivéssemos numa ala na Penitenciária Central do Estado homens cumprindo pena pelo artigo 121, homicídio, aqueles que vêm lá da barranca do Rio Paraná, da minha cidade natal de Santa Isabel do Ivaí, cometer um crime de ímpeto, de momento, mas de repente vêm aqui parar na Penitenciária Central do Estado e são colocados, no meio de quem?

De traficantes poderosos, gente que controla o mundo do crime, de gente que está envolvida diretamente no crime organizado!

É claro que aquele coitadinho que cometeu crime lá no interior vai virar um serviçal do crime organizado do sistema penitenciário. E é por isso que o sistema penitenciário está desse jeito. Quem conhece o sistema penitenciário sabe do que eu estou falando.

Eu me lembro bem que havia um juiz-corregedor, já falecido, o deputado Algaci Tulio deve lembrar, quando nós ficamos na rebelião da Penitenciária Central do Estado, aquela rebelião em 1985, o juiz-corregedor tinha um sonho na vida dele que era uniformizar os presos.

Morreu sem conseguir botar uniformes nos presos. Ele falava o seguinte: “Meus filhos estudam em colégio estadual, e vão uniformizados”. O que é uniforme? É deixar todo mundo igual!

Agora, no sistema penitenciário, você vê o preso de jaqueta de couro, um outro com sapato de jacaré e um outro descalço, sem cobertor, passando fome. É assim a realidade do nosso sistema penitenciário.

Nós, aqui do parlamento, discutimos isso com profundidade, mas além disso, o que queremos é a segurança. Precisamos ter uma segurança melhor. Não podemos conceber pessoas sendo assassinadas por causa de cinco, dez reais.

Quero parabenizá-lo, pois é dessa maneira, discutindo, que a gente encontra a solução.

Quero parabenizar a atitude do deputado Orlando Pessuti, porque a questão da segurança pública não pode se ater só aos homens da segurança pública. A questão do sistema penitenciário não pode ficar só ali, aos homens que cuidam do departamento penitenciário. Tem sim que passar pela sociedade! A sociedade tem que conhecer a realidade, saber que o sistema não recupera, que temos uma política desmotivada. E agora, a questão do Hospital da Polícia Militar. Um coitado de um policial militar que vai trocar tiros, não sabe se a sua família vai ser amparada ou não. Se a mulher dele ficar doente, não terá mais o hospital para atendê-la. Com que espírito esse cidadão vai à guerra contra o crime?

Quero parabenizar. E que o pouquinho que ouvimos, pudemos aprender muito com vocês.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN

Dr. Dionísio, quero cumprimentá-lo e desejar êxito no simpósio.

Gostaria de manifestar-me no sentido bem prático.

Dia 29 agora, o secretário da Fazenda estará aqui na Casa prestando conta da aplicação do quadrimestre, aplicação dos recursos, que esta Casa aprovou. Evidente que, todo ano, esta Casa aprova o orçamento para o ano vindouro. É claro que cabe à Assembléia Legislativa fiscalizar, aprovar e rejeitar as contas do governo. Está muito claro para mim que o governo não tem aplicado o

orçamento conforme aprovado aqui. Na área da saúde o governo previa para este ano 332 milhões. Gastou apenas 1.8 na atividade-fim. O que sobrou, ele retornou para o caixa único do Estado e gastou não sei no quê.

Na segurança pública, ele simplesmente tem se valido de verba do governo federal até para pagar a contrapartida do Estado.

Como a Lei de Responsabilidade Fiscal determina uma audiência pública, e qualquer cidadão poderá indagar o secretário da aplicação na atividade-fim, é importante que a sociedade se abra junto conosco, tendo em vista que aqui nós não temos feito o dever de casa. Por quê? Porque o Tribunal de Contas não faz o seu dever, fiscalizando a aplicação do orçamento. Faz, sim, no final do ano, no outro ano vai à mídia, ocupa a primeira página dizendo que a delegacia está com a obra parada, mas não acompanhou aquilo que é o dever de casa, de acompanhar a execução do orçamento!

E o que dizer, se ainda não aprovamos as contas do governo de 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000?

O Parlamentar é o fiscal do povo; o Parlamento tem que fiscalizar o orçamento. O que não podemos mais aceitar, nosso ilustre convidado, é sentir que muitos se elegem com o voto do povo e depois viram voto do governador!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós deixamos a palavra à disposição do nosso ilustre visitante se queira fazer mais algumas considerações, por favor.

O SR. DIONÍSIO BANASZEWSKI

Quero apenas agradecer ao deputado Pessuti, a acolhida de todos os deputados, e penso que é isso mesmo, acho que todos nós como cidadãos, temos um compromisso social e que, neste momento, discutimos isso não só dentro do Conselho de Psicologia, como com esses parceiros e com todos os demais, tendo como objetivo atingir a sociedade e levar essa informação para os menos privilegiados.

Quero agradecer. Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Agradecemos ao Dr. Dionísio, presidente do Conselho Regional de Psicologia, que veio a esta Casa dar explanação aos parlamentares do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

A seguir temos o Grande Expediente, e conforme requerimento aprovado por esta Plenária, de autoria do deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, convidamos o ilustre paranaense, Dr. Rubens Brustolin, presidente do Sesc do nosso Estado, para que faça uma explanação dos projetos desenvolvidos pelo Sesc, no Paraná.

(Apresentação de vídeo)

O SR. RUBENS BRUSTOLIN

Obrigado, senhor presidente, nós queremos agradecer a oportunidade que nos deu, de trazer ao conhecimento dos deputados o que o Sesc do Paraná faz em nosso Estado. Nós queremos só ressaltar que algumas das atividades que nós apresentamos, não são norma do Sesc, mas nós criamos aqui primeiro a distribuição de sopas às creches mais pobres da cidade. Nós distribuimos desde 1991, um mil e duzentas sopas, e um mil e duzentos pães em diversas creches. Nós criamos o Projeto Crescer.

Em Ponta Grossa nós ganhamos um terreno e construímos uma área de esportes. Tivemos muitas dificuldades, no início, porque havia roubo de material, quebra. Então, nós fizemos uma palestra ao pessoal, dizendo que aquela unidade serviria também para a utilização não só dos comerciários e seus dependentes, mas também de toda a comunidade pontagrossense.

A partir daquele momento, não tivemos mais problemas.

Então, com a experiência adquirida em Ponta Grossa, levamos esse programa para Paranaguá, onde também estamos situados ao lado de uma zona muito carente. Isto deu também um resultado extraordinário. Iniciamos em seguida, a alfabetização, porque nós temos cursos diversos, mas achávamos que tínhamos uma dificuldade grande e em Paranaguá, pasmem os senhores, a maioria das pessoas que nos procurou não tinha sequer certidão de nascimento! Nós providenciamos que esse pessoal todo fosse classificado. Hoje nos temos em Paranaguá um número grande de alunos, graças, não só ao curso gratuito, como ao lanche que é oferecido todos os dias nas aulas.

E, o principal que nós queremos ressaltar, é o curso que nós fazemos para deficientes, principalmente visuais. Esse curso nós iniciamos atendendo a um pedido, fornecendo uma sala. Hoje nós temos, praticamente, uma unidade inteira trabalhando; fizemos um convênio com essa unidade alemã que nos mandou todo o material “braille”, seja impressora, computadores, máquinas de datilografia. Hoje temos quatrocentos e poucos deficientes fazendo cursos diversos dentro da nossa unidade.

Então, renovando os nossos agradecimentos, eu me coloco à disposição, senhor presidente, senhores deputados, para qualquer dúvida que alguém deseje esclarecer.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu só gostaria de cumprimentar o companheiro Rubens Brustolin e agradecer-lo.

Umuarama tem uma história para contar; quando Rubens Brustolin colocou a mão e fez aquela belíssima construção e deu assistência ao Sesc de Umuarama, Umuarama viveu momentos diferentes. Eu que tive a oportunidade de, há poucos dias atrás, ao tomar um café da manhã, assisti a esse filme e vi a produção do Sesc de Umuarama... É fabulosa! Nós devemos a você, Rubens Brustolin, e a sua equipe. Continue nesse caminho e pode

ter certeza, Brustolin, da escolha que você levou o Dimas para lá, o companheiro, o seu gerente, lá, mudou totalmente a história do Sesc de Umuarama. E hoje, está de parabéns o Sesc, a sua pessoa pela sua dedicação, pela forma de fazer. Quantas pessoas que passam diariamente, quantas pessoas que são atendidas no dia-a-dia no Sesc de Umuarama. Hoje é uma cidade dentro do Sesc e nós devemos a você. Por isso que eu quero lhe agradecer. Eu tenho viagem, agora, marcada, mas fiz questão de ficar aqui simplesmente, para te agradecer pelo fato e pelo trabalho que você fez na nossa cidade de Umuarama.

Muito obrigado.

E continue nesse caminho, que, pode ter certeza, o Paraná vai ganhar muito mais com a sua pessoa.

O SR. RUBENS BRUSTOLIN

Muito obrigado, deputado!

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, inicialmente os meus cumprimentos ao companheiro Rubens Brustolin, como eu dizia aqui antes de iniciar a Sessão, um homem muito ligado ao esporte, durante muitos anos foi diretor do nosso antigo Clube Atlético Ferroviário, depois o nosso Colorado, hoje o nosso Paraná. Uma pessoa bastante identificada com as causas da cidade de Curitiba, do Estado do Paraná, e por um bom tempo já está à frente dessa entidade, o Sesc uma entidade reconhecida nacionalmente pela qualidade, pela excelência do trabalho que presta à coletividade, especialmente aqui no caso do Paraná, como já me antecipou o deputado Nelson Garcia. Nós temos visto isso aqui em Curitiba e eu sou testemunha ocular praticamente do trabalho do Sesc, porque tenho estado envolvido diretamente. Quase todos os anos estou prestigiando em Guarapuava as competições esportivas, melhor dizendo, em Caiobá, sua sede extraordinária lá em Caiobá, no município de Matinhos, a construção belíssima feita em Paranaguá, os empreendimentos que nós temos aqui na Cidade de Curitiba, tanto na José Loureiro, como no bairro do Portão, na João Bettega. Quer dizer, cada vez mais o Sesc se valorizando, valorizando o seu servidor, o seu funcionário, aquele que faz parte do seu quadro funcional.

Então, Rubens Brustolin, eu queria dizer que o que você trouxe aqui, hoje, foi apenas uma pequena mostra do trabalho extraordinário que o Sesc faz.

A ação que o Sesc faz todos os anos, como você acabou de falar agora, pessoas que sequer tinham um documento, título de eleitor, carteira de identidade, sequer tinha sua certidão de nascimento também, ou se tinha não tinha uma segunda via.

Quer dizer, tudo isto é feito, a atenção que o Sesc dá para a nossa melhor idade, para a nossa terceira idade, inclusive com cursos de modelo e manequim, inclusive, os bailes que acontecem lá na sede social também, quer dizer, soma-se tudo isto e a gente vê um trabalho realmente extraordinário. E tudo isto acontece por quê? Por-

que é uma entidade muito bem dirigida. Ainda, há questão, de um mês atrás, aproximadamente, eu estive no Sesc da José Loureiro, fazendo lá uma visita de surpresa ao companheiro Olívio Seconello, que é o gerente daquela área e nós pudemos ver o trabalho importante que faz a Câmara de Conciliação do Trabalho que é permitido este espaço também dentro do próprio Sesc. Então, eu entendo perfeitamente a homenagem que nós estamos recebendo hoje, de vocês, porque vocês estão vindo aqui na Assembléia mostrar um pouco de tanta coisa importante que faz o Sesc na tua pessoa, na pessoa do companheiro Amauri Ribas, na pessoa do Olívio Seconello e de todo o seu quadro diretivo e do mais simples funcionário. Eu me lembro, você lembrava agora dos deficientes visuais, quando nós lá estivemos há alguns anos atrás com a nossa amiga, D. Ivete Terezinha Mion, que é a representante dessa entidade alemã, uma mulher que faz um trabalho realmente extraordinário para várias entidades do Paraná, que trouxe os computadores para os deficientes visuais. Naquela época eu era vice-prefeito de Curitiba e fui lá prestigiar aquele momento.

Por isso, eu quero, na minha pessoa, senhor presidente, dizer da minha satisfação, da minha alegria. Eu acho que esta Casa deveria no próximo aniversário do Sesc, eu já coloco aqui como proposição, fazer uma Sessão Magna. Recentemente o Congresso Nacional, fez uma Sessão Magna para homenagear uma multinacional que é a Coca-Cola. Foi um estardalhaço em Brasília, todo mundo tomou refrigerante de graça no Congresso, no Senado, mas não é este o caso, quer dizer, quando nós, em detrimento às empresas, as entidades nossas aqui, tão pertinho da gente, que prestam um extraordinário serviço à sociedade paranaense, de vez em quando são lembradas por todos nós, deputados aqui, eu, Pessuti, tantos outros com votos de congratulações pelo aniversário.

Então, nós precisamos começar a aprender a valorizar o que é nosso, fazer Sessão Magna, sim. Lá no Congresso qualquer coisa de menor importância até, os deputados, os senadores fazem uma Sessão grande que ocupa espaço na imprensa. Aqui nós fazemos muito resumidamente isso.

Então, eu queria parabenizar, Rubens Brustolin, você, toda a diretoria pelo belo trabalho que fazem à frente do nosso Sesc.

Parabéns.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Inicialmente, quero cumprimentar esse ilustre amigo, Rubens Brustolin, pelo trabalho que faz diante do Sesc, Federação do Comércio, quantos anos, também não é, Brustolin? Uma luta realmente que engrandeceu a todos nós e a todos os paranaenses e dizer que temos apenas uma pequena diferença que é esta relatada no início pelo deputado Algaci Tulio, de ter sido do Ferroviário, Colorado e agora Paraná Clube, porque como atlecano a gente fica um pouco bronqueado nessa hora mas é graças ao Sesc que eu consegui transformar os meus três filhos

em atleticanos porque foi lá no ginásio de esportes do Sesc da Esquina, num convênio que tinha o Sesc com o Clube Atlético Paranaense que funcionava uma escolinha onde os fraldinhas, os mamadeiras, todas as semanas faziam as suas competições e meus meninos para lá foram e se transformaram, graças ao Sesc, em atleticanos.

Dizer que realmente esse trabalho é maravilhoso. As parcerias que o Sesc faz, não só com o comércio, não só do ponto de vista social, mas o trabalho de parceria que faz com instituições como o Latino América Zentrundirigida pela D. Ivete Terezinha Mion, e inclusive a D. Ivete, para que todos saibam, já se transformou em cidadã honorária do Paraná, por lei aprovada por esta Casa, e nós estamos apenas aguardando o momento a ser ajustado por ela, para que ela receba esse diploma de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, graças a esse trabalho que ela faz em parceria com o Sesc e dezenas de outras entidades espalhadas pelo Paraná.

Deixo uma pergunta ao meu amigo Rubens Brustolin, com quem estaremos nesta próxima quinta-feira, em Ivaiporã, quando será inaugurada a nova sede do Sindicato do Comércio, do nosso amigo Favarin, saber se existe alguma perspectiva, se está em andamento algum trabalho de expansão desse serviço. Já conversamos sobre isso em uma outra oportunidade e gostaria de saber, para que outros parlamentares de outras regiões - porque a gente verifica no mapa, por exemplo, Maringá, Apucarana, Londrina, Cornélio Procopio, Santo Antonio da Platina, Ponta Grossa, mas aquele miolo de Ivaiporã e Pitanga estamos ainda descobertos. Saber se tem alguma coisa em andamento, que possa levar todo esse serviço também ao centro do Paraná, mais especificamente à nossa cidade de Ivaiporã.

Quero cumprimentar o nosso companheiro e amigo, Brustolin, por tudo aquilo que faz junto com a sua equipe e junto com todos os comerciantes e comerciantes do Estado do Paraná.

O SR. RUBENS BRUSTOLIN

Muito obrigado, deputado.

Vou lhe responder. Por exemplo, temos duas previsões de construção: a primeira é em Foz do Iguaçu, em razão do número de comerciantes, da importância de Foz do Iguaçu, no Sistema Fé Comércio (?). A unidade Foz do Iguaçu já está em fase de concorrência pública, para ser construída. Em seguida, iremos a Pato Branco. Terminadas essas obras vamos rever a colocação do Estado, onde poderemos ter a possibilidade de construção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Presidente Brustolin, eu queria fazer um adendo ainda aos pronunciamentos dos nossos colegas deputa-

dos, destacando a sua parceria com as prefeituras do Paraná, onde o Sesc está presente.

Eu próprio, como prefeito de Ponta Grossa e com a sua pessoa tivemos inúmeras parcerias, em favor da comunidade pontagrossense e da Região dos Campos Gerais. Sou testemunha da grandiosidade que é o trabalho do Sesc e, principalmente, das iniciativas partidas da vossa diretoria e mais precisamente da sua pessoa.

Publicamente, Brustolin, eu queria cumprimentá-lo, em nome dos municípios do Paraná, que tão bem de perto a sua pessoa e, principalmente, a sua entidade tem dado a colaboração para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades do Paraná.

Parabéns, Brustolin!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deixamos ainda a palavra à disposição, ao nosso ilustre convidado de hoje, Dr. Rubens Brustolin, do qual conhecemos o seu trabalho. A minha cidade Marechal Cândido Rondon lhe é muito grata, não só na edificação de um prédio na cidade, mas pelo trabalho voltado à área educacional e social do nosso município.

Muito obrigado, Dr. Brustolin. A palavra é sua.

O SR. RUBENS BRUSTOLIN

Muito obrigado, deputado.

Quero mais uma vez agradecer a atenção e o tempo que os senhores perderam, ouvindo uma explicação sobre o Sesc, mas posso lhes dizer o seguinte: o Sesc, hoje, está distribuído no Paraná de uma forma, que em nenhum outro Estado isso aconteceu. Sempre há deficiências muito grandes. Estamos muito bem distribuídos. Pretendemos continuar o trabalho.

Vimos, aqui, exatamente com a finalidade de trazer ao conhecimento dos deputados aquilo que fazemos. Alguns dos senhores, nas suas regiões, já têm visto essa apresentação, que estamos fazendo nas 27 unidades no interior do Paraná.

Pedimos ao presidente que nos desse a oportunidade de trazer isso, para apresentar aos senhores.

Mais uma vez, os nossos agradecimentos a vocês todos, pela atenção.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, queria que V. Exa. suspendesse a Sessão por três minutos, para cumprimentarmos, pessoalmente, o presidente Brustolin.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Suspendemos a Sessão, por alguns instantes, para que os deputados possam cumprimentar o nosso ilustre visitante.

(Suspensa a Sessão)

Reabrindo a Sessão, queremos registrar, em nome do deputado Fernando Guimarães a presença do reverendo Demerval Borba, secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Morretes, acompanhado também do reverendo Denilson, empresário de destaque do município de Antonina. Sejam bem-vindos. Obrigado pela presença.

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT e PT.

Pela ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, discute-se em Curitiba e na região metropolitana a concessão da coleta de lixo que possivelmente a Cavo deve ganhar a concorrência. Ocorre que há um grupo aqui presente, de Mandirituba, que é contrário que se instale em Mandirituba o aterro sanitário.

Ocorre, senhor presidente, que a Polícia Militar do Estado tem tido uma pressão bastante forte contra esse grupo que é contrário à construção desse aterro de Mandirituba.

Eu gostaria apenas de esclarecer ao líder do governo para que faça uma ligação ao secretário da Segurança, no sentido de que evite uma repressão àqueles que são contrários à construção do aterro no município de Mandirituba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero agradecer ao líder do PDT, Luiz Carlos Zuk, por ter nos cedido o horário e ao deputado Neivo Beraldin, por ter possibilitado usarmos desse espaço.

Senhor presidente, já apresentei à Mesa, para apreciação do Plenário, requerimento que solicita informações ao governo do Estado, sobre o contrato entre a Serlopar e a MCR-Consultorias e Informática Ltda.

Esse contrato tem o valor de três milhões de reais e nós estamos observando uma série de contratos dentro da Serlopar e este é um deles, porque, no mesmo diapasão, vai um outro requerimento solicitando informações também à Secretaria de governo sobre a cópia do contrato firmado entre a Serlopar e a Diagrama - Consultoria - Sociedade Civil Ltda, no valor de dez milhões de reais.

Esse contrato foi assinado no dia 18 de abril de 2000, através do Protocolo 501948-4 e, em procurando - porque quem procura acha, e neste governo acha muita coisa, - nós encontramos alguns fatos curiosos.

A constituição de uma empresa de nome Laramie - Diversões e Empreendimentos Ltda, tendo como titular, Keila Kusmann e Luiz Carlos Ramires e tendo como função de gestão dentro desta empresa, a senhorita Keila

Kusmann. Firmado no dia 25 de maio de 2000 no valor de 5 mil reais, contrato social que logo à frente, deu vazão a um contrato de prestação de serviço da ordem de 30 milhões de reais.

Usou-se a mesma prática e a mesma política da Copel. As ações que eram de um centavo, num passo de mágica, mil por cento e valorização ela passou para um real e aí a primeira alteração social aconteceu no dia 14 de setembro de 2001.

Contrato, registrado no dia 25 de maio de 2001.

Primeira alteração, dia 14 de setembro de 2001.

Neste aqui entra o Sr. Roberto Sérgio Coopula.

O Sr. Neivo Beraldin

V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Na seqüência permitirei o aparte.

E a Brazilian Game e Participações e Empreendimentos Ltda.

Saiu a Sra. Keila Kusmann, mas continuou ainda o valor do contrato, agora já de seiscentos mil reais.

Uma segunda alteração - o Sr. Roberto Coopula institui como bastante procurador, Alberto Gregório Bontemp, argentino, igual à nacionalidade do Sr. Roberto Coopula, para explorar o ramo de loterias aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. passa a falar no Horário da Liderança da Oposição.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Em seguida, no dia 14 de maio, um ano, portanto, após a constituição do primeiro contrato social, vem o edital de Concorrência Pública 2/2001 - Serlopar, em que algumas dessas preciosidades instituem uma empresa para explorar os serviços e operacionalização do sistema de concursos e prognósticos, na modalidade lotérica denominada Vídeo Loterias que entre si celebram o Estado do Paraná, representado pela Serlopar e a Laramie Diversões e Empreendimentos - Sociedade Civil Ltda.

Mas, alguns dias antes foi que essa empresa passou seu capital de 5 mil para 600 mil reais, porque onze dias antes tinha um edital que exigia que o contrato só poderia se habilitar a empresas que tivessem capital acima de 500 mil reais, através de uma fórmula matemática que aqui se encontra.

Aí apresentando, homologado esse edital, nós temos, no dia 26 de outubro de 2001, o contrato celebrado entre a Laramie e o governo do Estado do Paraná.

Se não bastasse, nós temos ainda e só pode hoje explorar esse tipo, uma empresa que para ela tem que se pagar 20%, podendo chegar até a 30% e caso um outro governo entenda que aqui se estabeleceu algo de ilegal, de irregular ou amoral, nós não teremos como rescindir o contrato. Por quê?

Porque o contrato estabelece uma multa de 30 milhões de reais, a mesma cantilinha estabelecida lá, na Copel. Então, é por isso que eu solicitei ao líder do governo ou quem estiver, neste ato, desempenhando essas atividades, e gostaria de conhecer mais algumas informações a este respeito, que estamos aprofundando a discussão desses contratos firmados entre a Serlopar e empresas que exploram atividades.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero cumprimentá-lo.

V. Exa. sobe à tribuna com documentos irrefutáveis e em outro tempo, a Assembléia Legislativa pararia, porque efetivamente se suspenderia a Sessão e se faria uma reunião de emergência, porque um assunto de interesse coletivo estaria sendo questionado na tribuna com documentos irrefutáveis, como está fazendo V. Exa.

Mas como se constata que no Paraná se montou um sistema “desmonte” do Estado, e que aproveitou mais uma vez para dar o alerta àqueles que dão sustentação ao Governo, que estão dando sustentação a um Governo, que vem cometendo inúmeras irregularidades.

Agora vou lançar mais um desafio a V. Exa. e a esta Casa. Onde está o Ministério Público? Porque se aciona o Ministério Público, eles recebem a documentação. Já remeti inúmeros comprovantes do desvio do dinheiro do Fundef, que é o dinheiro do ensino fundamental. De prático, não se vê nada.

Então, deputado José Maria, estamos mais uma vez, constatando nesta Casa, uma denúncia que V. Exa. faz, com documentos, como disse V. Exa.. Se repete na Serlopar, o que foi feito na Copel, e a hora que o povo do Paraná souber o que foi feito no Banestado, então, sinceramente, onde está o Ministério Público Estadual do Paraná? Onde está?

Preciso saber se ele está dentro do Banestado, se está dentro da Sanepar, dentro do Fundef, dentro da Segurança Pública, dentro da Saúde! Onde está o Ministério Público do Paraná?

Até que me prove o contrário, ele está nos devendo! E assumo essa parada com o Ministério Público do Paraná, porque fiscalizar os pequenos municípios é muito simples, quero ver pegar o governo do Estado! Quero ver pegar o secretário do Estado, quero ver pegar Curitiba, que pretende licitar e dar uma concessão de 25 anos da coleta de lixo, onde estabelece limites, onde vai ganhar possivelmente a Cavo, porque ela, que tem 70 milhões de capital, tem o know how.

Então, deputado José Maria, onde está o fiscal da lei, que é o Ministério Público?

Foi revelado aqui inúmeras situações, e nunca recebi nenhum procurador do Estado, nenhum representante do Ministério Público para dizer - estamos acompanhando esse assunto, estamos nesse pé. Não podemos mais continuar a revelar notícias de

falcaturas, de desmonte do Estado, sem uma satisfação.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte e só quero dizer que o governo não tem tido a preocupação necessária com o erário público do Estado do Paraná. E se quiser, é só olhar a Mensagem do Governo do Estado nº 324/02, que trata dos títulos podres de Alagoas. E o Governo é claro, o Estado do Paraná poderá repassar para o Estado de Alagoas até 38% dos títulos federais emitidos pela União, em favor do Estado do Paraná, no contexto do refinanciamento pela União, da dívida mobiliária do Estado de Alagoas. O valor está em 275 milhões. E o Paraná vai pôr no ralo, com 38% deste valor!

Então isto, perto do que está acontecendo, não representa nada! Esta Casa precisa reagir; vou a fundo nesta questão da Serlopar, e nós precisamos buscar a verdade.

Assim, como tem que se verificar, onde está a verdade dos cinco mil quilômetros de recapeamento asfáltico, mas sobretudo, dos contratos facilitados da sinalização que está acontecendo no Estado do Paraná, que precisamos conhecer um a um, porque daí, deputado Colombo, evidentemente pode estar uma fuga dos recursos públicos do cofre do Estado para a iniciativa que não posso dizer, privada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT, deputado Irineu Colombo.

Antes, porém, quero registrar a presença da vereadora Teresa, do município de Guaíra.

Seja bem-vinda, vereadora.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Eu gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa a condenação do ex-comandante-geral da Polícia Militar, coronel Lara, numa denúncia que surgiu aqui nesta Casa, que eu fiz em 1999 e que eu tanto insisti para que nós tivéssemos a chamada CPI da Jaqueta, e a Casa, infelizmente, na minha idéia não prosperou.

Fico feliz porque ontem, aquela denúncia que fizemos, que a Assembléia formulou, que este deputado Ricardo Chab formulou, gerou naturalmente um processo que culminou com a condenação do ex-comandante da Polícia Militar, o coronel Lara a 4 anos de reclusão. Crime de peculato. Em outras palavras, “meteu a mão no jarro”.

Eu fico aqui, não feliz pela condenação do coronel, mas feliz porque se viu justiça.

E, também, quero deixar claro para que a imprensa registre que depois deste fato, senhor presidente, esta Casa alterou, através de um projeto nosso, a maneira como se usa o dinheiro desse fundo que é descontado do soldo dos PM's.

Agora, para se pegar o dinheiro, tem que ter a assinatura do governador do Estado e do secretário da Segurança. Antes, não. Bastava única e tão-somente a vontade do comandante da Polícia Militar.

Então, esta Casa, agora, além de corrigir essa distorção que havia internamente na Polícia Militar, fez a denúncia, em 99, que culminou com a condenação de um ex-comandante-geral da Polícia Militar que foi afastado na época em virtude de denúncia que nós fizemos nesta Casa.

Só para deixar registrado nos Anais.
Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Para completar, senhor presidente, a fala do deputado Ricardo Chab.

Primeiro cumprimento V. Exa. pela iniciativa, lá atrás, e dizer, registrar que foi a Justiça Militar que deu essa condenação.

Isto é, cortou a própria carne e condenou; trouxe a juízo o próprio membro!
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança do PT, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Há muito tempo eu venho estudando uma matéria que vai ao encontro, ao anseio da democratização da Justiça no Brasil.

Várias propostas tramitam no Congresso Nacional, em várias Assembleias Legislativas com relação ao controle externo do Judiciário, com relação à organização da Justiça.

E, eu, hoje, apresento à Assembleia Legislativa, senhor presidente uma proposta de emenda Constitucional, e gostaria que todos os deputados assinassem.

Trata da eleição direta para presidente do Tribunal de Justiça. A eleição direta para presidente do Tribunal de Justiça pelos juízes, pelos desembargadores, por toda a classe de magistrados.

Existe proposta semelhante tramitando em nível nacional, e os juizes do Brasil estão se mobilizando e sexta-feira acontece aqui em Curitiba, a primeira mobilização para a democratização do Judiciário.

E uma das propostas da própria classe dos juízes é a eleição direta para presidente do Tribunal de Justiça.

Tivemos a oportunidade de preparar essa emenda com acompanhamento de vários advogados. Saindo deste plenário, estaria também em audiência com o presidente da OAB-PR, acompanhado de alguns advogados que me acompanham nesse pleito e de alguns juízes. Estaremos discutindo nos próximos dias a anexação do Tribunal de

Alçada ao Tribunal de Justiça e a estatização dos cartórios no Paraná.

Além disso, os juízes do Brasil nessa proposta para a democratização da justiça, e junto aos juízes, está também boa parte da sociedade, inclui aí criar mecanismos para acabar com o nepotismo no Judiciário. Caso seriíssimo! Eleição direta que estou tratando hoje. Fim dos julgamentos secretos dos magistrados envolvidos em problemas administrativos. Fusão dos tribunais e critérios para promoção e remoção de magistrados.

Além, disso, o PT já se manifestou e boa parte do Judiciário concorda de acabar com a súmula vinculante, mas entender que é possível discutir aquela súmula que restringe a capacidade interminável de recurso.

Hoje trago à Casa a proposta que o Judiciário, não sendo possível no Brasil, elejamos juízes como acontece em muitas outras democracias, em que o povo diretamente escolhe quem vai ser o seu magistrado. Mas podemos democratizar tanto quanto possível a justiça que temos, porque o presidente do Tribunal de Justiça não é presidente só do tribunal, não é presidente do órgão especial que o elege. Ele é presidente de um poder! E quem tem que dizer como é que se organiza o poder no Estado é a Assembleia Legislativa, e de que forma ele será escolhido.

Se queremos democratizar, acabar com o nepotismo, tornar a Justiça mais eficiente, o primeiro passo é que a Justiça entre em contato com os anseios populares.

Qual é o juiz que tem maior contato com o problema da fome, da falta de moradia, das angústias de cada município? É o juiz que está em cada comarca! Ele tem que escolher quem é o presidente daquele poder. É uma forma de ampliar a relação, a interface do Poder Judiciário com a sociedade.

(Lê):

“Segundo o juiz de direito, doutor Rogério Ribas, essa alteração sem dúvida deixará o Poder Judiciário mais comprometido com propostas democráticas, que visem sua melhoria como um todo, proporcionando, ainda, a indispensável transparência na condução dos destinos da Justiça, dado que os eleitos, face o compromisso que terão com todos os juízes, serão por certo melhor fiscalizados, em face das propostas e planos que apresentaram quando das candidaturas.

Trata-se de proposta afinada com a legitimidade democrática que deve vestir os chefes do Poder, traduzindo, antiga aspiração dos magistrados que vêm lutando pelas transformações no Poder Judiciário, tentando acabar com o nepotismo, propondo a eleição direta para direção, fim dos julgamentos secretos de magistrados envolvidos em problemas administrativos, fusão do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, bem como a criação de critérios objetivos para a promoção e remoção dos magistrados.

A eleição dos dirigentes não é matéria de natureza administrativa nem jurisdicional, é política, na medida em que está ligada à idéia de representação.

Tendo em vista que a direção “preside” o Tribunal e não apenas o órgão especial. Ele é um poder de representação política.

Portanto, solicito apoio dos senhores parlamentares a essa idéia, para que não venhamos a ter aqui uma emenda à Constituição e a partir quem sabe, do término do atual mandato de presidente, tenhamos eleição direta no Tribunal de Justiça para escolha do futuro presidente de um dos Poderes do Paraná.”

Muito obrigado. Era isso!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário das Lideranças consulto a Liderança do PPB, PMDB, PFL.

(Todas Declinaram).

Consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados:

Hoje, pela manhã, a exemplo do que fizemos ontem, estivemos mais uma vez acompanhando a problemática criada pelo novo sistema de atendimento à saúde do governo do Estado em relação ao Hospital da Polícia Militar.

Ontem, pela manhã, com a presença do coronel Kfoury, coronel Marcopolo; coronel Mazalotti; coronel Furquim, tivemos um diálogo e fomos ver como é que estava, realmente, a situação do Hospital da Polícia Militar.

O Hospital está trabalhando, praticamente, com metade do seu efetivo, até porque está atendendo apenas casos de emergência e aos policiais militares da ativa; não está se fazendo praticamente, cirurgias; não está se utilizando a Unidade de Terapia Intensiva. A situação, na verdade, é crítica.

Hoje, pela manhã, familiares de policiais militares fizeram um “panelaço”, em frente ao Hospital, reagindo a essa situação, até porque seus familiares são os responsáveis pela existência do Hospital.

A família militar é, hoje, composta por oitenta e seis mil pessoas que são atendidas pelo Hospital da Polícia Militar, deputado Luiz Carlos Zuk.

Com o convênio com a Parana Previdência, transformando o Hospital da PM em Unidade Sanitária, ele passará a atender, somente vejam bem, de oitenta e seis mil, seis mil policiais da ativa de Curitiba e da região metropolitana, sendo que a Polícia Militar conta, hoje, com dezessete mil e quinhentos policiais da ativa que ficarão de fora. Evidentemente, desses dezessete mil, onze mil e quinhentos, que são policiais que atuam no interior do Estado.

A propósito, o jornal “O Diário do Norte do Paraná” traz uma matéria ampla, no dia de hoje, através da jornalista Valéria: “PM’s do interior perdem atendimento!” “Questão pode ir parar na Justiça: O Hospital da

PM em Curitiba só vai atender policiais da ativa da Capital e da região metropolitana”.

Se permanecer, realmente, esse estado de coisas, vai acontecer isso, porque infelizmente, os policiais do interior vão ter que recorrer à Hospitais conveniados pelo SAS do Governo do Estado onde serão atendidos. O Hospital da Polícia Militar, repito, atendia oitenta e seis mil pessoas e passará a atender somente seis mil, ficando oitenta mil pessoas e mais vários atendimentos que eram feitos pelo antigo IPE, extintos. Vale dizer que sequer se sabe qual é o atendimento que o Hospital vai oferecer aos policiais.

Os 2% do soldo dos militares ativos e inativos destinados ao fundo de saúde, continuam sendo descontados. Quer dizer, o policial continua pagando esse fundo de saúde que rende, aproximadamente, cento e cinquenta a cento e sessenta mil reais; começa com o soldado com R\$5,00 e vai para no coronel com, aproximadamente, R\$18,00.

Disso aí se constitui o fundo de saúde que, somando ao que o IPE repassava, mensalmente, (que vários meses não repassa), aproximadamente, duzentos e cinquenta a trezentos mil reais. Com um dinheiro de aproximadamente quinhentos mil e seiscentos reais, o Hospital se viabilizava, dava o atendimento aos policiais da ativa, aos inativos e aos seus dependentes. Hoje, não! Ficou apenas, com esse fundo de saúde, que é a contribuição dada pelo policial militar.

A situação então ficou realmente complicada. Com a proposta, praticamente, do fechamento do Hospital e agora do convênio para atender seis mil pessoas, não se cogitou inclusive, de cessar esse desconto para o fundo.

Vale lembrar ainda, que os 2% do soldo, são pagos por todos os militares, tanto da ativa como dos inativos.

O Hospital foi constituído com o sacrifício, com a atuação direta daqueles que hoje estão reformados. Estão no quadro dos inativos e justamente esses serão penalizados duplamente, se não ocorrer o atendimento.

Então, senhor presidente, senhores deputados, gostaria de encarecer à Liderança do Governo, para que tentasse sensibilizar o governador Jaime Lerner, o secretário da Administração para que revejam o absurdo que estão cometendo.

Estão desativando o hospital-referência do Estado do Paraná. O hospital que dá atendimento a oitenta e seis mil pessoas e que vai ser reduzido o seu atendimento a seis mil pessoas.

Por isso que hoje pela manhã, houve o “panelaço” em frente ao Hospital, em consequência disso.

O quadro médico, os oficiais que dirigem o Hospital da Polícia Militar, estão propondo três alternativas ao governo do Estado. Irão entregar nos próximos dias, para que se ache uma solução.

Se isso não acontecer, senhor presidente e senhores deputados, os maiores prejudicados serão os inativos, seus dependentes, os policiais do interior do Estado.

Agora, uma situação grave, senhor presidente. O único hospital de Curitiba que se propõe com o SAS do Governo do Estado, é o Hospital Evangélico que atua inclusive, como Pronto-Socorro, que já tem uma carga-diária muito grande de atendimento.

E pior, segundo as informações que colhi hoje pela manhã, o Hospital Evangélico está falido; tem uma dívida de aproximadamente trinta milhões, senhores deputados.

Dáí, aceita convênio com o governo do Estado, certamente, interessado no convênio para poder saldar a sua dívida.

Fica a pergunta: que tipo de atendimento o Hospital Evangélico poderá oferecer aos dependentes, aos inativos da Polícia Militar, como de resto ao servidor público do Estado do Paraná?

Senhor presidente, a situação é grave, está criando um clima de total intranquilidade no seio da corporação da Polícia Militar e é preciso que haja um repensar por parte do Governo do Estado nesta questão. Não pode desativar um hospital com 120 leitos, com uma Unidade de Terapia Intensiva de primeiríssima qualidade, com equipamentos modernos, com 11 leitos; um hospital que oferece uma seqüência, uma variedade de atendimento, que atende por dia aproximadamente, 350 a 500 pessoas, que vai ficar desativado.

Então, encareço aqui mais uma vez, ao líder do Governo para que o governo do Estado repense. Não se pode desativar um equipamento que está funcionando extraordinariamente bem, que é de referência no Estado do Paraná, para jogar todo mundo numa fila do Hospital Evangélico, hospital com dificuldades financeiras e que ninguém sabe que tipo de atendimento poderá dar ao servidor público.

Levando em conta ainda, o problema dos polícias militares sediados no interior do Estado, que não sabem de que forma receberão atendimento através do SAS.

É esse apelo que faço aqui, senhor presidente, depois de assistir hoje pela manhã, vi vários policiais da reserva, pessoas que deram sua vida à Polícia Militar, à segurança do povo do Paraná; pessoas que há mais de 40 anos contribuíram para a existência do Hospital, chorando hoje pela manhã, lá em frente ao hospital. Diziam: “Isso aqui é meu, tem tijolo meu, tem dinheiro meu, a minha contribuição, e agora me negam atendimento à saúde, minha, do meu filho, da minha família.”

Nem sequer o pré-natal das senhoras dos policiais, pode ser feito no Hospital da Polícia Militar, porque não pode começar lá e não terminar mais.

Então, a situação é grave. Encareço mais uma vez à Liderança do Governo, que procure sensibilizar o secretário da Administração, para rever essa questão do Hospital da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PTB.

(Declina)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria de inscrever-me para o Grande Expediente de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está inscrito.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 0422/2002, subscrito pelo deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando parte do Pequeno Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 15, para pronunciamentos dos coordenadores do II Fórum de Curitiba: “A Segurança Pública, o Sistema Penitenciário e o Paradigma da Cultura de Paz”. **Autorizo.** À Diretoria Legislativa.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado Irineu Colombo, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos deputados.**

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Serafina Carilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de iniciarmos a votação da pauta, nós vamos colocar em votação o Requerimento nº 1269, de autoria

dos deputados Nereu Moura, líder do PMDB e Ademar Traiano, líder do PSDB, com apoiamentos dos deputados Luiz Carlos Zuk, líder do PDT; Carlos Simões, líder do PTB; Luiz Carlos Martins, líder do PSL; e Serafina Carriho, líder do PL, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício e que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 16, quinta-feira, para logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nós teremos então, após esta Sessão, mais uma Sessão Ordinária e posteriormente ainda teremos uma Sessão Extraordinária. Teremos mais duas Sessões, depois do encerramento desta Sessão.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu recebi, e V. Exa. já comunicou ao Plenário, a notícia da vinda do secretário da Fazenda, Ingo Hübert para a avaliação quadrimestral que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige nesta Casa e a data que ficou pré-agendada seria o 29 de maio.

Nós estávamos consultando, hoje, dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito, na CPI dos Alimentos, que nós temos um encontro no dia 29 com todas as entidades do setor produtivo, em um acordo que nós estamos tentando com o setor da indústria para que tenhamos a pré-fixação do preço do leite e foi marcado exatamente para o dia 29 e no mesmo horário.

A sugestão que eu pediria a V. Exa., de mudança de data, se não poderia ser feito no dia 27, na segunda-feira, logo após a Sessão Plenária, visto que também na terça-feira nós temos uma reunião da Comissão pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu vou entrar em entendimento com o secretário e ver se há a possibilidade da antecipação para o dia 27, senão, poderíamos transformar o plenário, aqui, na hora da Sessão normal, nessa Sessão Especial.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos tentar conciliar essas duas Sessões.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade

Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jararaca - N. S. Aparecida - ACNOSSA, com sede no município de Roncador. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão, Emenda aprovada em 2ª discussão. Os deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os parlamentares que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requero Chamada Nominal.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu estou indagando, rapidamente, o assessor da Presidência, porque nesses projetos do deputado Nelson Tureck nós tínhamos uma questão de foro duplo, projetos do município de Roncador com foro na Comarca de Iretama e outros com foro na Comarca de Campo Mourão. Então, pedimos que todos aqueles que estivessem com foro em Campo Mourão fossem corrigidos para foro de Iretama, já que o município de Roncador pertence à Comarca de Iretama.

Então, a indagação que nós fazemos é se esta Emenda corrige para foro de Iretama.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Lê Emenda)

Em votação. Senhores deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores parlamentares.

Informo ao senhor Neivo Berardin que há 32 parlamentares em plenário.

V. Exa. ainda mantém a verificação?

O SR. NEIVO BERARDIN

Ele pediu chamada nominal. Eu acho importante.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tem quórum suficiente para votamos.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, abro mão da chamada nominal.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Princesa Isabel Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/20021, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os senhores parlamentares que aprovam em 2ª discussão o Projeto 187/2002, do deputado Duílio Genari, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o autor do projeto se retirou do plenário.

Duílio, volta Duílio!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu peço que fiquem nos seus devidos lugares para que possamos observar e fazer a contagem normalmente.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O deputado Durval Amaral pediu a verificação de votação, senhor presidente! Ele não pode pedir chamada nominal.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

No Regimento não consta que é proibido, deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino a chamada nominal pelo 1º secretário, deputado Edno Guimarães.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis senhores deputados responderam à chamada. Não há quórum para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

(Suspendo a Sessão por cinco minutos)

(Reaberta a Sessão)

Reabrindo os nossos trabalhos legislativos, concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, haja vista que houve um entendimento no item 06 da pauta, que estava bloqueando a sua votação, entre os deputados Geraldo Cartário e Orlando Pessuti e como eu havia requerido chamada nominal e temos neste momento número mais do que suficiente, retiro com a sua aquiescência, senhor presidente, a chamada nomi-

nal, para que a Ordem do Dia possa ter prosseguimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É possível dar continuidade, inclusive no processo de votação. O nosso 1º secretário, deputado Edno Guimarães nos informa a presença de 32 parlamentares.

Está em votação o Item 5º.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. declarou que havia 26 deputados em Plenário e que não haveria quórum para o prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Haveria quórum para prosseguimento da Sessão e não para a votação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então é preciso que se faça, agora, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feito, nobre deputado.

Os demais deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 187/2002, do deputado Duílio Genari, em 2ª votação, queiram levantar-se.

Trinta deputados aprovam.

Está aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário e outros, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1267, de autoria do deputado Orlando Pessuti, com apoio dos deputados Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Retirado pelo autor.**

Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2002

O artigo 1º do Projeto de Resolução nº 007/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica constituída, de acordo com os artigos 36, parágrafo 4º e 122, parágrafo 2º, III do Regimento

Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados, para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população, integrada por 12 membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias”.

Sala das Sessões, em 15.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Cezar Silvestri e Pastor Edson Praczyk.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Reafirmo a V. Exa., que nos entendimento que fizemos, estamos retirando em nosso nome e dos demais, o requerimento que impedia a retirada por 10 (dez) Sessões e estamos mantendo a emenda.

Solicito a V. Exa. que o projeto **retorne à CCJ e, posteriormente, à Ordem do Dia, em 2ª Discussão, sem encerramento dessa discussão.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi esse o entendimento desta Presidência e também de S. Exa., deputado Geraldo Cartário.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Com todo respeito à proposição do deputado Geraldo Cartário, mas nós temos aqui na Casa outras CPI's e eu queria convidar o deputado Geraldo Cartário, então, se for para subscrever esta CPI que subscreva as outras que estão na pauta para nós instalarmos, e não ficarmos aqui fazendo proposição de CPI's, CPI's, sem que elas tenham condições de funcionar, senhor presidente.

Desta forma, nós iremos analisar qual vai ser a postura da nossa bancada quando este projeto voltar para o Plenário.

O SR. MARCOS ISFER (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, dois assuntos apenas, um com relação à CPI, nós fazemos parte da CPI do Fórum, e já tivemos entendimento com o deputado Duílio Genari, deputado Eli Ghellere que é o relator, e acho que dentro de alguns dias deveremos estar ultimando, conforme informações deles o relatório, e com relação a prestação de contas que o Secretário se propõe a vir a esta Casa, eu gostaria de saber de V. Exa. se nós já recebemos do secretário Ingo Hübert as informações para que possamos analisar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não recebemos e vou solicitar que mande com uma certa antecedência, que não aconteça como na última vez que mandou praticamente no dia da Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN **(Pela Ordem)**

Eu gostaria também, se V. Exa. conseguir a prestação de contas de 2001, porque é baseado na prestação de contas de 2001 que se pode dar seqüência numa análise contábil, e até o presente momento não recebemos ainda, e 29 de maio está muito próximo e encareço a V. Exa. no sentido de que faça chegar às nossas mãos a prestação de contas de 2001 e por consequência a prestação de contas do 2º quadrimestre do governo do Estado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu tenho bastante assunto para falar sobre a CPI que propusemos, não vou fazer hoje comentário sobre o assunto. Apenas em respeito ao deputado Nereu Moura, eu quero apenas informar que de acordo com o Regimento da Casa eu solicitei que fosse subscrito pelos companheiros deputados o número suficiente para apresentarmos este pedido de CPI, e conseguimos este número, apresentamos à Mesa da Assembléia, e a Mesa da Assembléia colocou em votação, já na 2ª votação a nossa CPI.

Ora, o deputado Nereu logicamente deve ter feito a mesma coisa com as suas CPI's, as CPI's que estão à frente. Agora existe realmente um acordo de cavalheiros entre a presidência desta Casa, muito bem presidido por V. Exa., deputado Hermas Brandão, de que realmente nós não conseguimos terminar a CPI do Supermercado, e se levantou mais dúvidas a este respeito, e eu recebi aqui de diversas entidades, até para surpresa minha pois não as conheço de perto, não sei quem são os presidente, eu recebi aqui só para o senhor ter uma idéia da preocupação de tantas situações levanta a respeito da CPI dos Supermercados, nós recebemos aqui da Ocepar, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, da Faep, Federação da Agricultura do Estado do Paraná; da Sindicarne, Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná; Sindileite, Sindicato da Indústria e Laticínios e Produtos Derivados do Paraná, e ainda da Aprotiba, Associação dos Produtores da Ceasa - Curitiba e da Apasema, Associação Paranaense das Secretarias Municipais de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e ainda da Fepar, Feder, Federação Paranaense da Associação dos Produtores.

Senhor presidente, eu acredito que está havendo um mau entendimento, uma má interpretação, pois a única função do deputado é realmente fiscalizar, e o que nós estamos proponho e aqui parece que está havendo posições, a Situação é a favorável; a Oposição está obstruindo esta votação. São coisas que realmente nos surpreendem, visto que apenas queremos, senhor presidente, de acordo com o compromisso inclusive de alguns companheiros, terminarmos o que começamos, e eu falava ao deputado Orlando Pessuti de que a CPI do Leite que está bem presidida pelo Pessuti, visto que se trata de um cidadão que é do ramo, acompanhado pelo relator, que tem conhecimento muito grande do assunto, visto que fez parte da CPI dos Supermercados, que é o deputado Cezar

Silvestri, o qual o PSL o indicou para integrar essa CPI, não temos nenhuma dúvida da competência e capacidade dos ilustres deputados que estão à frente da CPI do Leite. Eles merecem todo o respeito e entendemos que têm sido transparentes os trabalhos deles.

A única coisa que eu gostaria que o deputado Pessuti e os deputados da Oposição entendessem, é que o único objetivo neste caso, é que não haja dúvidas a respeito do Grupo Sonae, visto que V. Exa. quando se encontrava comigo, viajando, recebemos inclusive um convite para visitar o Grupo Sonae e nem respondemos.

Eu não conheço ninguém, nem gerente de supermercado e, no entanto pelas minhas raízes, pode haver uma interpretação de que eu tenha beneficiado esse Grupo Sonae pelo não fechamento da CPI a que nos propusemos. Isso é coisa séria! Eu mereço esse voto de respeito e confiança dos companheiros da Oposição!

Há poucos dias atrás, eu indagava, Pessuti, esse Grupo Sonae é um grupo meio complicado. Eu fiz um pronunciamento na Assembléia, quando eu disse que comprou uma rede em Cascavel, por um preço "x" e passava algum tempo, vendia por quase a metade do preço e levantei a questão que poderia ser uma lavagem de dinheiro. Isso é muito comum. Você compra por cem e vende por cinquenta.

Eu gostaria que esta Casa me desse o direito de encerrar essa CPI que eu comecei. Eu falava ao Pessuti, há pouco tempo atrás, da força do Grupo Sonae e o Pessuti falou, na mesma hora, porque não tem nada a esconder, que era verdade, quando o senhor Carvalhinho, num telefonema ao Pessuti, dizia o seguinte: "Eu recebi um telefonema de Portugal, do Grupo Sonae, e eu gostaria de falar com vocês, Pessuti...." E o Pessuti já teve mais apreço, por parte do Grupo Sonae, do que eu, porque para mim eles nunca sequer telefonaram, nem o Carvalhinho e nem ninguém do gênero.

Quero pedir a compreensão do Pessuti para me permitir, numa boa, sem se discutir Situação ou Oposição, nada disso. O que eu preciso é, de uma vez por todas, mostrar que esse Grupo Sonae e o Carrefour e outros estão chegando aqui numa forma violenta, atentando contra os bons costumes do Paraná e eu entendo que existe por parte do Grupo Sonae e eles entregaram muito dinheiro escuso a muitos segmentos da sociedade do Paraná em benefício deles e contra os nossos consumidores, contra o povo do Paraná.

Ainda em Londrina, o Carrefour continua contratando serviços de terceiros para trabalhar dentro dos supermercados e funcionários de uma empresa que não existe, que tem só o nome de ser do interior de São Paulo e o cidadão perdeu um dedo e ainda não se sabe quem vai indenizar esse dedo que ele perdeu.

Então, a CPI dos Supermercados que queremos continuar, não é apenas uma CPI especificamente do leite, como é a do deputado Pessuti, apesar de saber que, regimentalmente, podem abordar outros assuntos dentro da CPI.

Nós queremos apenas e eu falei para o Pessuti: “Pessuti, com relação ao leite, derivados do leite, não vou solicitar ninguém para fazer depoimento a esse respeito”. Propus ao deputado Orlando Pessuti, que esperaríamos, porque o nosso mandato vai até o final do ano; esperaríamos que ele terminasse a CPI que está presidindo. Isso é importante o que eu estou abordando aqui. Pedi ao deputado Pessuti que nós nos comprometíamos a esperar o final da sua CPI, mesmo que ele peça prorrogação por mais quatro meses, nós esperamos. Simplesmente nós queremos dar uma resposta a essas entidades de que vamos terminar o que iniciamos.

Disso, eu não abro mão!

Obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Apesar de o deputado Cartário, no meio do seu pronunciamento ter dito que não era uma questão de Situação e Oposição, mas no início do seu pronunciamento, ele disse que estranhava o fato de a Oposição procurar se opor à criação dessa CPI, como se nós não quiséssemos que o setor dos supermercados fossem investigados. Isso não é verdadeiro! Não posso aceitar isso, muito pelo contrário, deputado Cartário. Acredito que se V. Exa, quer realmente investigar e tenho certeza que quer, eu lhe faço uma proposta, como relator da CPI, até porque a CPI comandada pelo Pessuti e que tem como Relator a minha pessoa, temos procurado agir de forma, se não inédita, mas com certeza de forma diferente nesta Casa.

Todas as reuniões, desde a primeira, tivemos o acompanhamento do Ministério Público. Fizemos questão absoluta que ele acompanhasse todas as nossas reuniões. Todos os documentos que solicitamos, nós enviaremos cópia ao Ministério Público. Não só ao Ministério Público. Pedimos o acompanhamento da imprensa para que sempre esteja conosco. Todos os atos praticados pela Comissão, tanto pelo presidente quanto pelo relator, são colocados à deliberação por todos os membros da Comissão, ou seja, nós estamos fazendo talvez a CPI mais transparente da história da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu convido a V. Exa. e a quem quiser, que participe conosco, porque a nossa CPI não é apenas do Leite, é uma CPI dos Alimentos. Nós não podemos requisitar o setor dos supermercados para tratar de qualquer assunto, a questão trabalhista que V. Exa. me falava hoje. Cabe a nós, chamarmos as grandes redes para dar explicação.

O senhor pode participar conosco em todas as reuniões. Nós pedimos prorrogação por mais 60 dias através do requerimento e eu acho que se V. Exa. quer investigar, não precisa esperar o término da nossa CPI que será lá pelo final de junho, e talvez tenhamos que prorrogar um pouco mais em virtude da grande quantidade de documentos que requisitamos e estamos enviando aos órgãos competentes, como Receita Estadual e Receita Federal.

Podemos mandar ao Ministério do Trabalho. Seria importante que o senhor participasse desde já conosco, e

eu abro o espaço que V. Exa. desejar na convocação que faremos às grandes redes, para que V. Exa. possa fazer as perguntas que quiser para que tenhamos esclarecimento. O que me preocupa é termos duas CPI's com o mesmo objetivo em andamento e que pode tumultuar os trabalhos e desvirtuar o trabalho que estamos fazendo, a não ser que V. Exa. ou qualquer outro deputado coloque em dúvida o trabalho feito pela nossa CPI. Se não existir isso, eu acho desnecessário, e convido tanto V. Exa. quanto qualquer outro deputado para que venha trabalhar junto conosco, inclusive eu, como relator, tenho sentido falta e preciso de auxílio de mais pessoas que se envolvam, porque realmente a pressão é muito grande.

Ontem estivemos em Brasília, na comissão de Agricultura e achamos que essas grandes redes de supermercados faltaram com o respeito com a Câmara Federal, com o Parlamento Nacional e com o cidadão brasileiro de forma geral. Todos eles, que tinham vinte minutos para expor suas planilhas, dar as suas explicações, os descontos, as bonificações, de que forma prestam contas junto à Receita Estadual e à Receita Federal, usaram apenas trinta segundos do seu tempo, e tinham vinte minutos!

Todos eles, de forma orquestrada, não falaram nada, não apresentaram documento nenhum e não responderam a nenhuma pergunta formulada pelos deputados e eu tive a oportunidade de falar somente porque o deputado Abelardo Lupion e o Sperafico cederam o seu tempo para que eu pudesse falar e interrogar as grandes redes, que não me responderam a única pergunta, senhor presidente. Todas as perguntas que fizemos, eu fiz questão de levar isso a público, a nível nacional e não usei nenhum minuto a tribuna, nem o deputado Orlando Pessuti não usou e nenhum membro da nossa CPI usou, para tentar se promover politicamente. Estamos fazendo o nosso trabalho de forma ordeira, de forma correta, mas sem abrir mão de que nós tivéssemos o acompanhamento da imprensa paranaense, do Ministério Público, da Receita Estadual, que já na próxima reunião se Deus quiser, se comparecer, porque será convidado da Receita Federal!

Então peço deputado Geraldo Cartário, que V. Exa. se some junto conosco, não esperando três quatro meses, desde já vamos investigar, vamos apurar tudo o que tem que ser apurado, porque lhe dou razão em uma afirmativa sua. Esses grupos perderam totalmente a sensibilidade, se nós não tivermos a coragem de enfrentá-los, o setor produtivo paranaense, brasileiro, está fadado a falir de forma generalizada, porque sensibilidade por parte desses grupos, não existe!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Deputado Cezar Silvestri, sabe o apreço e a admiração que tenho pelo mesmo. Então não se trata de nada pessoal deputado Cezar Silvestri. Agora, no início o que eu falei que realmente a gente estranhava, mas o estranho que eu quis me referir, talvez não tenha sido bem entendido, como que um presidente de um dos grupos que é o

mais forte da Europa, que tem empresas na Europa inteira, aqui no Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul, como é que um homem desses, tão ocupado, se preocupa com uma CPI do Leite promovida pela Assembléia do Paraná, a ponto de ligar de Lisboa, para o ex-senador da República, senhor presidente?

Isso não há explicação! Eu não estou inventando nada! O homem mais rico de Portugal, dos mais ricos. Dizem em Portugal que ele pode ser um dos que integram o governo do passado em lavagem de dinheiro. Por isso que falei na tribuna. Não estou escondendo.

Agora, não é possível que um homem tão importante como ele economicamente, uma das maiores empresas do Paraná, ligue para o ex-senador da República, o homem que é presidente, que viaja com o presidente do Brasil, Fernando Henrique, para o mundo inteiro e fala para ele, deputado Orlando Pessuti, o homem me ligou de Portugal! Essas coisas que não entendo.

Por isso, deputado Cezar Silvestri, V. Exa. não pode me tirar o direito de convocar esse Presidente do Grupo Sonae, e colocá-lo na minha frente e perguntar - como é que ele vai querer interferir numa Assembléia, num trabalho legítimo dos representantes do povo do Paraná? Só isso!

O SR. CEZAR SILVESTRI

De forma nenhuma quero lhe tirar o direito, quero lhe facilitar, no lugar de o senhor fazer uma convocação daqui a quatro meses, o senhor pode fazer a convocação na semana que vem, na nossa CPI, e nós teremos o maior prazer em recebê-lo, para que o senhor participe desde o mês que vem até à conclusão dos trabalhos, usando inclusive, o mesmo tempo que o relator, o presidente, qualquer outro membro da CPI.

Precisamos esclarecer V. Exa. faz uma acusação grave. Isso envolve o nome de uma pessoa conhecida do Paraná. Não tive conhecimento e não recebi telefonema nenhum de quem quer que seja, do ex-senador Carvalhinho. E se ele está procurando intermediar, facilitar ou para que nós afrouxemos o nosso trabalho, não terá êxito, posso lhe assegurar.

Tanto é que fiz questão que todas as dúvidas, todas as suspeitas que nós levantamos até agora, ficassem de conhecimento nacional, através da Câmara dos Deputados. E isso foi divulgado através da TV Senado em rede nacional. Digo mais, talvez a preocupação que V. Exa. está se admirando do Grupo Sonae ter uma CPI do Leite, porque talvez em cima dos levantamentos que nós estamos fazendo, em cima das investigações que estamos fazendo, nós estejamos descobrindo a maior rede de sonegações de impostos estaduais e federais do Brasil, talvez a maior remessa de dinheiro ilegal do país.

Talvez é por isso que ele deva estar preocupado com a CPI do Leite do Paraná, porque ela está fazendo um trabalho sério, graças ao empenho de todos os membros, graças ao apoio que estamos tendo desta Casa, por-

que o deputado Hermas Brandão, quando assumi a relatoria, fiz um pedido a ele, que aceitaria, se ele me desse as condições, para que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho.

E todas as condições estão sendo dadas.

Se nós não desenvolvermos é por culpa nossa, não é por falta de condições. Estamos fazendo o nosso trabalho e graças a isso que nós estamos sendo, realmente respeitados em todos os Estados que nós estamos passando, inclusive pela Câmara Federal, ontem lá em Brasília.

Agora, gostaria que V. Exa., - não estou querendo impedir, muito pelo contrário -, somasse junto conosco, desde esta semana, tendo todos os poderes que o senhor teria de um presidente de uma CPI de convocar quem V. Exa. quisesse, fazer com acompanhamento do Ministério Público, da Receita Estadual, da Receita Federal, do Ministério do Trabalho e de toda imprensa paranaense, que nós estamos sentindo falta, que muitas vezes a imprensa não nos acompanha e seria importantíssimo que a imprensa acompanhasse, para que pudesse ver o nosso trabalho.

O SR. LUIZ ACCORSI (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para encerrar, agradeço o convite do deputado Cezar Silvestri, mas "o pai não pode ser padrinho do filho", por isso é que eu não participo da CPI, tão bem presidida pelo meu amigo deputado Orlando Pessuti e tantos outros companheiros como o nosso companheiro Cezar Silvestri como relator.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente, existe um fato que, na verdade, já foi levantado ele é contundente, ele não é contra a CPI dos Supermercados. O fato tem que ser respondido pela Assembléia e a Assembléia está sendo questionada, inclusive por essas entidades.

Está sendo questionada pelos consumidores. É que a CPI dos Supermercados tinha o assessor jurídico, esse é o fato, deputado Pessuti.

Tanto é que o deputado Silvestri não assinou o relatório final.

O presidente da CPI dos Supermercados não assinou, que é o deputado Cartário.

Eu não assinei e outros deputados não assinaram o relatório final.

Ele é contundente. A CPI dos Supermercados tinha um assessor jurídico que após ela terminar, ou ser, porque na verdade ela não terminou. Ela foi extinta, na época, pela Mesa diretora da Assembléia, e esse advogado, esse assessor jurídico, após o término da CPI dos Supermercados, foi contratado pela Associação dos Supermercados do Paraná.

Isso é gravíssimo, deputado Pessuti! Ele deu assessoria o tempo todo aqui, ele foi pago pela Assembléia para dar assessoria!

Dinheiro do povo! Ele recebeu dinheiro do povo e aí, agilizaram, na época, não só o término da CPI do Supermercado, outras CPI's e colocaram a dos Supermercados no meio!

E, após o término, o encerramento imposto, negociado, o assessor jurídico é contratado pela Associação dos Supermercados do Paraná!

Isso, para ser respondido para o povo e a forma de responder, é nós reativarmos a CPI dos Supermercados!

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente não era minha intenção polemizar mais no dia de hoje, mas quando o deputado Geraldo Cartário cita o nosso nome, pelo menos uma dezena de vezes e repete por mais de duas vezes que o ex-senador, hoje presidente da FIEP, José Carlos Gomes de Carvalho, teria telefonado para nós, é verdade e nós não escondemos isso de ninguém, inclusive de V. Exa.

Só, que, deputado Geraldo Cartário, e V. Exa. sabe disso, que a nossa resposta ao senador José Carlos Gomes de Carvalho que nada de estranho falou em seu telefonema, disse apenas que tinha sido contatado pelos dirigentes de Portugal e que ele queria conversar conosco acerca de como iriam se desenvolver os trabalhos da CPI.

E, eu, pela amizade que tenho com ele, respondi: "Olha, Carvalhinho, a hora que você quiser, você pode vir à Assembléia que nós reuniremos os deputados da Comissão da CPI dos Alimentos e explicaremos tudo".

E disse até mais, "não precisa nem reunião, é só vir numa das reuniões ordinárias, porque elas são abertas. Em todas as reuniões há representantes de todos os supermercados, advogados que conversam conosco e assistem as reuniões".

Então, não tem nenhuma "pulga atrás da orelha", não tem absolutamente nada.

Eu quero dizer o seguinte: primeiro, V. Exa. disse que tinha uma carta de entidade. Sei o teor dessa carta. Ela lhe pede que esclareça quais os motivos pelos quais a CPI não foi encerrada. Ela não diz que V. Exa. reative. Eles lá não têm conhecimento se a CPI foi extinta ou não foi extinta. Eles querem saber isso.

Com referência ao bloqueio de pauta que V. Exa. falou. Não é em relação ao seu projeto, para isso temos outros mecanismos que utilizamos que foi a apresentação de emenda. Isso faz parte da prática do Legislativo que a Bancada do Governo vem aqui em sua totalidade quando tem interesse de votar determinados assuntos. E quando os assuntos são corriqueiros a maioria não aparece. É uma estratégia que a Oposição está usando. Ou fica todos para todos os assuntos ou vamos bloquear a pauta.

Com relação à participação. O deputado Cezar Silvestri já disse ao deputado Geraldo Cartário que ele tem toda liberdade de participar. Se ele tem o objetivo de esclarecer esses pontos relativos ao supermercado, que ele pode vir à nossa CPI, que não é CPI do Pessuti é de todos nós. São onze deputados titulares, onze suplentes.

Ele pode participar a hora que quiser e reivindicar que se convoque quem ele quer que seja convocado.

Todas as vezes que temos reuniões, a todos os deputados nós convocamos. A todos! E para que o trabalho nosso possa fluir com mais rapidez, designamos sub-relatores. O deputado Eli Ghellere, no item leite; deputado Pastor Edson Praczyk, no tópico hortigranjeiro; a deputada Luciana Rafagnin nos assuntos da Portaria 5; o deputado Ademir Bier, no tópico carne; e o deputado José Maria Ferreira, na questão ligada ao café.

Por quê? Porque fizemos um levantamento com a nossa assessoria, um levantamento de quais parlamentares mais tinha participado das reuniões e procuramos colocar aqueles que estavam mais ativos na CPI para colaborar com o deputado Cezar Silvestri e com o conjunto da CPI.

O deputado Luiz Carlos Martins afirmou que o término da CPI dos Supermercados foi negociado. Que negócio foi feito? Tem acusação que o assessor jurídico da CPI, que eu gostaria que ele declinasse o nome depois, foi, posteriormente ao término negociado da CPI, contratado pela Associação Paranaense dos Supermercados.

É uma denúncia grave e caberia, senhor presidente, determinar à Procuradoria da Assembléia que tomasse providência em cima dessas denúncias pesadas.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Só queria explicar esse termo usado pelo deputado Luiz Carlos Martins, quero referendar o termo dele e quero colocar o texto. O texto na "negociata", não é uma "negociata", mais sim, uma negociação, que foi feita pela Presidência da Mesa da Assembléia, quando reuniu todos os integrantes das outras Comissões e falou: "agora, temos que encerrar tudo, não podemos dar mais nenhum dia de prazo". V. Exa., que não era presidente da Casa, mas, era 1º secretário sabe disso. Então, não é "negociata", como o deputado Pessuti quer colocar...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu não usei o termo "negociata". Eu repeti o termo: "término negociado".

V. Exa. está esclarecendo o que significa término negociado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sim, então, quero deixar bem claro.

Agora, o fato do advogado, - não queremos levantar, aqui, hipótese alguma, qualquer coisa contra a moral do advogado Nilson Sguarezi, que, inclusive,...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Nem eu estou levantando.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Não estamos levantando, e sim falando que são coincidência que para nós, políticos profissionais, até as entendemos, agora, para essas entidades, eles não enten-

dem. É isso que eu queria deixar bem claro, senhor presidente. Para nós políticos profissionais, entendemos o jogo da força...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitaria aos senhores parlamentares que esse projeto volte para Comissão de Constituição e Justiça e quando voltar para o Plenário, novamente, que se faça a discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente. Pelo que ouvi bem, na tarde de hoje, aqui, acho que as coisas não podem ficar dessa forma.

Quero sugerir um outro encaminhamento à Presidência da Mesa.

Há uma solicitação do deputado Geraldo Cartário, subscrita por outros deputados estaduais, da instalação de uma CPI em relação aos Supermercados; o deputado Orlando Pessuti e o deputado Cezar Silvestri, que é relator de uma outra CPI que trata de um assunto análogo, que é a questão da CPI do Leite, argumentaria da necessidade ao deputado Cartário, de integrar a mesma CPI.

Hoje, depois dos fatos revelados, aqui, senhor presidente, estava tendente a corroborar a linha de pensamento dos deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri. Acho que as revelações contidas na tarde de hoje, aqui, demonstram que uma outra CPI, com outro conteúdo, precisa ser restabelecida na Assembléia Legislativa e aí, talvez, me incline a apoiar a iniciativa do deputado Geraldo Cartário, pelo seguinte:

Uma CPI dos Supermercados foi extinta, foi paralisada, quer dizer, um organismo da Assembléia Legislativa, e hoje surgiram especulações levantando suspeitas das razões de por quê essa CPI findada, até ilações e suspeitas a respeito do assessor jurídico da tal CPI se revela, aqui, hoje à tarde, nesta Assembléia.

Por isso, senhor presidente, propondo que V. Exa. coloque em discussão, imediatamente, na próxima Sessão, a CPI proposta pelo deputado Geraldo Cartário, pois vou defender essa nova CPI e solicito que a Mesa Executiva anexe aos objetivos da CPI as causas de por que a CPI passada foi extinta. A Assembléia Legislativa não pode ficar com essa mancha de suspensão a respeito de um organismo seu. Já se começa a fazer ilações em função de um telefonema dado pelo presidente do Grupo Sonae de Portugal ao presidente da Federação de Indústria e Comércio do Estado do Paraná e agora, vêm outras revelações a respeito de uma CPI que não teve, aqui, na Assembléia Legislativa, o seu relatório final votado e esse fato manchado de suspeitas.

Não posso achar que a Assembléia Legislativa ache que está tudo normal em relação a tudo que foi dito, aqui hoje, me desculpe, senhor presidente, acho que o fato é grave.

Quero solicitar que V. Exa. tome alguma providência, é caso para a Procuradoria da Assembléia Legisla-

tiva; é caso para uma Comissão Especial; reuniu-se o Colégio de Líderes e dar um ponto final em uma investigação do que está acontecendo, aqui, nas CPI's da Assembléia Legislativa.

Estou pensando em interpretar o pensamento da defesa do Poder Legislativo e da sua lisura.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Entendo a colocação de V. Exa. nesse sentido, mas esta Presidência, também, não poderia deixar de responder a V. Exa. o porquê de ter dado por encerrada.

Deu por encerrada, exatamente, porque os membros da CPI não concordaram com o relatório do relator, não pediram prorrogação da validade da CPI. Regimentalmente, eu não tinha meios legais de manter a CPI quando não havia requerimento para prorrogar a sua validade.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, foi solicitada a prorrogação da CPI!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou mandar levantar, nobre deputado Luiz Carlos Martins, todas as informações da ocasião, e trarei na próxima Sessão, com certeza.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, só para colaborar com V. Exa. nessa busca que irá levantar, queria dizer que realmente, pedi ao deputado Nelson Justus, quase implorei que me deixasse pelo menos por mais 30 dias, porque precisava ouvir os responsáveis diretos, principalmente, os diretores. E eu fui impedido.

Porque a nossa CPI buscou elementos na Argentina, na Itália e Portugal, como funcionam os supermercados naqueles países.

O BNDS demorou uns 90 dias para nos informar e que dinheiro emprestou, deu ao Grupo Sonae e quando nós obtivemos a resposta do BNDS, foi quando foi fechada a nossa, não nos foi fechada a nossa, não nos foi permitido mais prazo. Inclusive, diz que isso é regimental e a Assessoria Técnica da Assembléia falou que era impossível e tal.

Mas V. Exa. acompanhou de perto, o senhor sabe que realmente, eu tentei de todas formas mais 30 dias, e não consegui.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, tenho acompanhado os nobres deputados nessa tarde, muitas questões de ordem são levantadas, sendo que o assunto já está efetivamente, retirado, em função das emendas apresentadas.

Sugiro aos nobres deputados, para que passemos e tenhamos a continuidade da votação do Item 7 da pauta, por amor até à brevidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em continuidade à pauta do dia.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Faxinal e Cancan-Acofcan, com sede no município de Roncador. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 652/2001

P A R E C E R :

O presidente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Faxinal e Cancan - Acofcan, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 652/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Faxinal e Cancan - Acofcan, com sede no município de Roncador e foro município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Nós determinamos o retorno à Comissão de Constituição e Justiça, porque existe um erro regimental no Substitutivo Geral.

Estamos devolvendo à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade

Pública Estadual a Associação Rural de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 138/2002

P A R E C E R :

O presidente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro na Comarca de Goioerê.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 138/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos e uso do imóvel situado na zona urbana do município de Formosa do Oeste à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, daquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 169/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, visa autorizar o Poder Executivo a ceder os direitos do uso do imóvel situado na zona urbana do município de Formosa do Oeste à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, daquele município.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade.

lidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 169/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 169/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel situado na zona urbana do município de Formosa do Oeste à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, daquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação. Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

(aa) NEREU MOURA -Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/99, de 18.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 443/99

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto do Igapó, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da delegacia da Mulher no município de Sarandi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/2001, de 26.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 487/2001

P A R E C E R :

Analisando o Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do nobre deputado Ricardo Maia, que objetiva autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher, no município de Sarandi, esta comissão não encontrou qualquer óbice constitucional à sua normal tramitação, acolhendo, todavia, a análise da Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo, no sentido de que seja suprimido o artigo 2º bem como a expressão “revogadas as disposições em contrário” contida no artigo 3º, conforme emenda supressiva em anexo, podendo o projeto com a emenda, serem levados à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 487/2001

Art. Único - Fica suprimido o artigo 2º do Projeto de Lei nº 487/2001, bem como a expressão “revogadas as disposições em contrário”, contida no artigo 3º.

Sala das Comissões, em 04.12.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de projeto de lei apenas autorizatório, não se justifica a inclusão de artigo fixando prazo para a regulamentação do disposto na lei.

Outrossim, face ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 95/98, não é necessária cláusula de revogação no presente projeto de lei.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 487/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do ilustre deputado Ricardo Maia, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública, para emitir o seu parecer, manifestamos o nosso parecer favorável à sua tramitação e aprovação.

Sala das Comissões, em 08.05.2002

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia, que denomina a Ciretran de Maringá, de Major Abelardo José da Cruz. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/2001, de 10.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 512/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 512/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, “denomina a Ciretran de Maringá, com o nome de Abelardo José da Cruz”.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa não há impedimento na sua tramitação, inclusive com parecer favorável do Departamento de Estado de Trânsito- Detran.

Desta forma, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 512/2001

P A R E C E R :

Em atendimento ao artigo 33 inciso 9º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão Permanente de Segurança Pública manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 512/2001 de iniciativa do deputado estadual Ricardo Maia.

O projeto em tela trata de denominar a Ciretran de Maringá de Major Abelardo José da Cruz.

Chamada esta comissão a opinar consideramos os aspectos cabíveis à análise emitindo parecer favorável ao referido projeto, quanto ao mérito ora analisado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.2002

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangelizadora Beneficente - Aceb, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 009/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangelizadora Beneficente - Aceb, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Monte Sião de Paranaguá, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 12/2002, de 06.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 097/2002

O presente projeto de lei de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Monte Sião de Paranaguá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 097/2002

P A R E C E R :

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Monte Sião, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação Estadual de Cidadania - FEC, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 029/2002, de 26.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 156/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Estadual de Cidadania- FEC, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação á legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade do Município de Catanduvas, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 168/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, o Conselho da Comunidade do município de Catanduvas.

Chamada esta Comissão de constituição e Justiça, a se manifestar somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Relator

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 168/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Catanduvas, com sede e foro no município de Catanduvas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, 01 ilegível.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que denomina Professor Carlos Augusto Mungo Genez, o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 189/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por finalidade denominar Professor Carlos Augusto Mungo Genez, o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do 2º parágrafo do artigo 33, do Regimento Interno.

Em nossa análise, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto de lei, ora em análise, opinando pelo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que inclui o município de Assaí, na Região Administrativa de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 191/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por finalidade incluir o

município de Assaí, na Região Administrativa de Londrina.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º do artigo 33, do Regimento Interno.

Em nossa análise, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto de lei, ora em análise, opinando pelo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município e Comarca de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 197/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município de Iretama.

Chamada esta Constituição de Justiça e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 197/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Moysés Leônidas

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Renascer, com sede e foro na cidade de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2002, de 10/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Renascer, com sede e foro no município de Palmeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Palmital, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2002, de 11/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 214/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Palmital, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Social Obra Missionária - Os Atalaia

Missionários da Última Hora - OMAMUH, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2002, de 15/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Social Obra Missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2002, de 15/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 219/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 219/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1161, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1164, 1165, 1167 e 1169, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1170, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1173, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1174 a 1176, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1177 a 1180, 1183 e 1184, 1224 a 1226, 1245 a 1247, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1185, 1190, 1240 e 1241, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1186, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1189, 1214, 1215, 1258 e 1270, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1191, de autoria dos deputados Eli Ghellere, Élio Rusch e Sérgio Sapada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1206, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1219 a 1221, 1251 a 1253, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1223, de autoria do deputado Renato Gaúcho, com apoio dos senhores deputados José Maria Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1232 a 1234, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1236, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1238 e 1256, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1250, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1272 e 1273, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1181, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1182, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1192, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1196, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1197 e 1198, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1199, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Em Votação.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere a verificação de votação com chamada nominal dos senhores parlamentares.

Solicito ao senhor 1º secretário, Nelson Tureck, que proceda à chamada nominal dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e seis deputados.

Não há número para deliberação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 138, 169/2002; 443/99; 487 e 512/2001; 009, 097, 156, 168, 189, 191, 197, 212, 214, 218 e 219/2002.

Levanta-se a Sessão.